

## A RECEPÇÃO CRÍTICA DA OBRA DE J.-J. ROUSSEAU EM PORTUGAL

Em 1985, José López Hernández publicava, na revista **Pensamiento**, uma *Breve história de la fortuna literária y de la crítica de J.-J. Rousseau. Siglos XVIII, XIX y XX* (1). Tal estudo apresentava-se como o resultado da constatação de uma ausência de tradição crítica em língua castelhana sobre Rousseau. Ora, se nos debruçarmos sobre o panorama português, num excuro diacrónico, chega-se a uma conclusão similar no que respeita a uma presença difusa de uma actividade crítica que tome por objecto Rousseau e a sua obra, isto se pensarmos em textos mais ou menos longos de carácter ensaístico e se nos situarmos, cronologicamente, nos séculos XVIII e XIX. De facto, ao elegermos como ponto de partida o Portugal setecentista, verificamos que as referências críticas à obra rousseauiana se circunscrevem, na sua grande maioria, a pareceres, sentenças e editais emanados da Real Mesa Censória. Já no século XIX, ao longo do qual esperaríamos encontrar — até pela explosão da imprensa periódica — um maior número de escritos consagrados a Rousseau, são poucos os textos que lhe são exclusivamente dedicados. Outra será já a recepção crítica sobre J.-J. Rousseau e a sua obra no nosso século que vê surgir estudos de carácter monográfico, alguns deles marcados por imperativos de investigação universitária.

### DOCUMENTOS SETECENTISTAS

É por carta de lei de 5 de Abril de 1768 que inicia o seu magistério a Real Mesa Censória, entidade censora que Pombal pretende de cariz mais laico e estadual, passando os seus agentes a ser considerados censores régios (2). Para além da censura e fiscalização de todas as publicações nacionais e estrangeiras, o novo organismo tem ainda como função a elaboração de um novo *Index Expurgatório*, já que o índice português, em vigor, datava de 1624. A Real Mesa Censória prossegue a tarefa que vinha sendo desempenhada pela censura inquisitorial cujos objectivos tinham em vista a luta contra as doutrinas heréticas, a preservação das verdades da fé católica, a defesa da ordem instituída e, por consequência, a implantação de um cordão sanitário impeditivo da chegada dos novos ideais, da chegada, em suma, de correntes renovadoras. Assim, os novos Filósofos considerados *ímpios, libertinos, materialistas*, no grupo dos quais se contava Rousseau normalmente acompanhado de Voltaire, constituem parte considerável do **Catálogo de Livros Defesos** que circulará entre 1768 e 1814.

Apesar de, em 10 de Julho de 1768, ter sido publicada uma lei do então monarca, D. José, no sentido de serem enviadas a esta Mesa relações

de livros impressos ou manuscritos existentes em todas as casas, lojas e livrarias do país, bem como a apresentação das licenças para leitura de livros proibidos, visto que o monarca tinha sido informado de "que neste Reino, e seus Dominios se introduziram, antes da criação do [seu] Tribunal da Real Mesa Censória, vários livros corruptores da Religião e da Moral, destructivos dos Direitos, e Regalias da (...) Coroa e opostos à conservação e socego publico desta Monarquia." (3), lança-se, em Edital da Real Mesa Censória, de 24 de Setembro de 1770, apelo semelhante, acompanhado agora de uma listagem das obras interditas (4). Este edital surge, aliás, na sequência do catálogo das obras coligidas com o selo da interdição e enviado ao rei em 15 de Abril do mesmo ano (5). A reiterada preocupação fiscalizadora e censora de leituras, mostra por si mesma o conhecimento que em Portugal havia das novas correntes e ideias que da Europa vinham, a circulação efectiva de obras estrangeiras entre nós, e, pelo menos, a curiosidade bem funda existente no Portugal de então, no seio da elite cultural.

No edital acima referido, proibem-se as seguintes obras de Rousseau: **Émile, ou de l'Éducation** (1762), **Lettres écrites de la Montagne** (1764), **Julie, ou la Nouvelle Héloïse** (1762), **Du Contrat Social, ou Principes du Droit Politique** (1764), e **Lettre de Mr. de Beaumont, Archevêque de Paris** (6). Porém, o **Catalogo de Livros defesos neste Reino, desde o dia da Criação da Real Mesa Censoria até ao presente** integra ainda **Discours sur l'Origine, et les Fondements de l'Inégalité des Hommes (sic)** (1759), **Oeuvres Diverses** (em dois volumes) e as **Confessions** (7) de J.-J. Rousseau. Esta última obra publicada apenas após a morte de Rousseau, ocorrida em 1778, não podia obviamente aparecer no **Edital** de 1770.

As referências críticas à obra de Rousseau surgem, deste modo, num espaço partilhado com muitos outros autores como Bayle, Du Marsais, La Fontaine, Hobbes, La Mettrie, Shaftesbury, Espinoza e, evidentemente, Voltaire, autores perigosos porque subversivos, veículos do materialismo, do deísmo ou do ateísmo, da heresia ou da libertinagem. Assim, Rousseau é visto pela censura e apresentado por ela à elite ledora de então como escritor materialista e libertino, autor de "livros libertinos" (8), um dos espíritos fortes, um dos Filósofos, responsável por "ímpios e detestáveis Escritos" (9). É o que acontece em documento da Real Mesa Censória no qual se acusa o Bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação do uso de um estratagema de raiz jesuítica, pois adverte hipocritamente para a proibição de leituras de certos autores, proibição de todos conhecida segundo a entidade censora, sendo o intuito o de chamar a atenção para a importância das ideias contidas nessas obras e uma exortação à sua leitura efectiva. A Mesa justifica com diversas alegações a sua suspeita, acabando por dizer: "Confirmando-se por este modo a affectação e impostura, com que o mesmo Bispo affirmou que os referidos Livros, que ele prohibiu (depois de vedados

pela Meza Censoria) tinham feito estrago nos seus Diecezanos; porque he de notoriedade publica, que se no dito Bispado se pronunciarem as palavras Voltaire, Rousseau etc. perguntarão os mesmos Diecezanos se são mineraes ou vegetaveis; se são viventes terrestres, ou aquaticos; porque no Bispado de Coimbra se não ouvirão nunca pronunciar taes nomes” (10).

É importante no entanto salientar que embora existam autores malditos, a censura também se exerce sobre as obras que são analisadas *de per sí*. Com efeito, em 1782 a Real Mesa Censória permite a entrega aos livreiros de “Idyles par M. Berquin auxquelle (*sic*) on a joint Pygmalion scène lyrique de M. J. J. Rousseau” (11), certamente por se considerar uma obra inócua. Exemplos de análise individual das obras são ainda os documentos 23, 33 e 95 da Real Mesa Censória, nos quais se emitem juízos sobre diferentes textos de J.-J. Rousseau.

**No Juízo sobre os Autores impios e obscenos que devem ser condenados ou pelo Index ou pelo Edital desta Real Mesa precedido de algumas reflexões sobre a condenação e queima dos Livros,** procede-se à análise obra a obra, apresentando-se inicialmente o seu autor. Assim, diz-se de Rousseau: “J.-J. Rousseau, este Philosopho impio, este Cidadão expatriado, este Vassallo factivo, anathemizado, proscrito, como inimigo da Religião, das leys, e da boa ordem, não deixa de ser reputado com justiça por hum dos formosos, raros genios que produzem os seculos. A sua profunda erudição, a força da sua eloquencia, e as suas virtudes Moraes o fazem sempre estimar de homem sabio e virtuoso. A narração dos seus infortunios o fará digno de compaixão; assim como as suas maximas revoltantes, os seus extravagantes paradoxos, e os seus Principios irreligiosos o tem feito merecedor da execreção publica”. E não podemos deixar de nos alongar na citação do extracto sobre Rousseau já que ele permite atenuar a ideia demasiado absoluta que tantas vezes se faz da censura oficial do período pombalino. O censor prossegue no seu juízo dizendo: “Na consideração destas diferentes qualidades me parece que não devem ser condenados todos os seus Escritos, mas tão sóm.te aquelles em que Religião ou o Estado se interessarem. Eu na verd.e confesso que fazia m.to diferente conceito das produções deste Philosopho, porem sendo obrigado a examinar algumas dellas para lhes fazer o Processo lhes achei tantas bellezas, tantas reflexões novas, e sentimentos proprios a arrancar os prejuizos, e a superstição, q. o lamentei justamente q. ao mesmo tempo elle se tivesse servido dos seus grandes talentos, e de sua tão boa Philosophia p.<sup>a</sup> atacar a Religião, e os principaes fundamentos do governo naquellas suas obras, q. mais podiam servir à instrução publica” (12). É uma visão mais humanizada da censura a que aqui transparece, tal como transparece a circulação cultural no Portugal setecentista de juízos estereotipados de negação de um autor e da sua obra que de facto não repousavam no seu conhecimento directo.

As obras de Rousseau que recolhem um parecer neste documento da Real Mesa Censória são **Émile**, **Lettres de la Montagne**, **Du Contrat Social**, **La Nouvelle Héloïse**, **Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes** e, por fim, o **Discours sur cette question, si le retablissemens des Sciences et des Arts a contribué à épurer les moeurs** (*sic*). Sobre o "tratamento da educação", certamente o escrito de Rousseau mais contestado no nosso século XVIII, a Mesa considera que apesar de "hua multidão de verdades", de "abundancia de reflexões judiciosas", se encontram nesta obra "um aumento de extravagancias, e das maiores impiedades" (13). Na opinião do censor, este texto contém ataques às Escrituras, desprezo pelos milagres e profecias. Entende-se ainda que o **Émile** bem como **Lettres de la Montagne** constituem atentados contra a religião. Porém, o que este documento também mostra, é um conhecimento e uma sintonia com o que se passa por essa Europa fora quando faz o rol das entidades e dos autores que condenaram **Émile ou de l'Éducation**: a Faculdade de Teologia de Paris, o Bispo de Tui, Nicolas Sylvestre Bergier com **Le Déisme réfuté par lui-même**, os Estados da Holanda, são alguns nomes e entidades que precederam esta Mesa, na censura das obras, e que são convocadas neste parecer.

Procedimento similar encontramos-lo no juízo sobre **Du Contrat Social ou Principes du Droit Politique**. Reconhece-se que a obra contém muitos pensamentos úteis e admiráveis, mas também muitas máximas perigosas, sentimentos livres e erróneos. Para além de se registar que a república de Genebra proscreve este escrito, afirma-se ainda que certos pensamentos são extraídos de autores condenáveis como, por exemplo, Hobbes. Assinala-se também a existência da sua refutação o **Anti-Contrat Social**; o censor refere-se com certeza à obra publicada com este título, em 1764, da autoria de P.-L. Beauclair, uma das quatro refutações que **Du Contrat Social** suscitou.

**Julie ou la Nouvelle Héloïse** surge designada como "Romance moral a q. varios Autores tem dado os maiores elogios, dizendo ser a melhor obra deste genero, ainda ao lado de Miss Clarisse; que nelle he pintada a virtude com as mais bellas cores (...)" e apesar de se lhe reconhecer mérito, como vimos, a convicção comumente aceite de que "pela maior pte. os Romances só servem de corromper os costumes" e o facto de que "neste se achem algumas passagens hum pouco libertinas" (14) aconselha-se a integração desta obra no Edital. Lembremos, por curiosidade, a presença, no **Catalogo de Livros Defesos**, de obras de cariz romanesco como os **Contes** de Marmontel, **Les Bijoux Indiscrets** de Diderot, **Voyage Sentimental** (*sic*) de Sterne ou **Liaisons Dangereuses** de Laclos.

Sobre o **Discours sur l'Origine et les Fondements de l'Inégalité parmi les Hommes**, adopta-se a opinião da crítica que o apoda de "libello

infamatorio do genero humano” e, curiosamente, partilha-se, de forma involuntária, a atitude de Voltaire quando se afirma que de algum modo “se vem (...) a igualar o homem à condição dos brutos” (15). De novo se aponta para a existência de refutações, argumento que apoia e autoriza a opinião proibitiva veiculada.

Por último, trata-se, neste **Juízo**, do texto de Rousseau que lhe granjeou a fama. Ora, “como a Religião se não interessa nas Disputas literarias” — e anteriormente referia-se que foi um escrito bastante disputado por vários académicos —, “e neste entra mto. pouco, segundo o discurso do Autor do Dicionario Antiphilosophico entendo não deve ser condenado, nem tambem as mais das obras diversas do mesmo Rousseau, q. respeitem ao teatro, à Musica, e à Erudição, excepto a Carta ao Arcebispo de Paris em defesa da sua [*sic*] = Emile =” (16).

A análise destes pareceres sobre as diferentes obras permite-nos concluir que a prática censora não passa por uma interdição *in limine* das obras de um autor só porque ele se integra nas hostes consideradas subversivas, mas permite também verificar que o juízo se faz com base numa rede de informadores e de informação constituída pelo conjunto de autores e textos que se erguem enquanto cordão sanitário à circulação das ideias novas. Vemos ainda que os pareceres emitidos, ora têm como base um conhecimento directo da obra, ora tomam outrém como fonte de autoridade, sendo tal procedimento explicitado (17).

Para além desta peça da Real Mesa Censória, encontramos um parecer datado de 1 de Setembro de 1768, da autoria de Frei Manoel do Cenáculo, em que se procede ao juízo de livros que lhe foram cometidos entre os quais se contam dois volumes de escritos rousseauianos, sob a designação de **Obras Diversas**, que embora contenham textos que podem ler-se, deverão ser impedidos de correr devido ao “Tratado da Origem e fundamentos da desigualdade entre os Homens no qual estabelece huma filosofia reprovada, e bem conhecida por tal”; a **Julie** deve, na sua opinião, suprimir-se “pela sua petulante indecencia, e [porque] activissima para irritar e precipitar a concupiscencia” (18).

Registe-se por fim um parecer da Real Mesa Censória sobre **Émile ou de l'Éducation**, obra que surge sinteticamente descrita do seguinte modo: “Para reconhecer o merecimento das obras falsas Jacques Rousseau compõe em 4 tomos para educação da mocidade. Basta saber que foi proibida em Holanda e queimada em Genebra com razão por ser contraria a toda a Religião revelada e ser um Diista [*sic*] puro o seu author” (19).

As **Confessions**, obra publicada postumamente, não escapa também ela às malhas da censura e em Novembro de 1782 — no mesmo ano da sua publicação — é apreciada pelos censores portugueses. Faz-se a descrição física da obra e resumem-se os seus conteúdos: autobiografia

da mocidade do autor em que se confessam erros e faltas. Trata-se, no entender do censor, de uma "especie de romance, sem utilidade alguma para o Publico, e com algumas passagens que tem o sabor da falsa Religião" (20). Considera-se, além do mais, que constitui uma ameaça para as consciências e, por isso, não deve ser permitida.

A recepção crítica da obra rousseauiana manifesta-se ainda noutros documentos setecentistas. Exemplo disso é o prefácio à tradução de 1787 dos textos epistolares de Nicolas Sylvestre Bergier que tanta voga conheceram na Península Ibérica (22). **Le Déisme réfuté par lui-même**, publicado em 1766, assume-se enquanto refutação das ideias preconizadas e desenvolvidas por J.-J. Rousseau no **Émile**, em **Du Contrat Social** e em **Lettres de la Montagne**. O escrito de Bergier funcionará em Portugal como autoridade caucionadora do discurso anti-filosófico português que estigmatiza os **Es-píritos Fortes** nos quais se inclui Rousseau. A sua fortuna entre nós está bem patente no facto de ainda em 1808 esta obra continuar a ser encomendada, como o prova um parecer da entidade censora da época (23).

Ao apresentar a obra de Bergier, antidoto contra o veneno, afirma o tradutor: "o assumpto he de todos o mais interessante, porque estabelece invencivelmente as provas da nossa Religião contra os artificiosos, e sofisticos ataques de hum falso, e atrevido Filosofo, cujas obras discorrem hoje por toda a parte, e quem muita gente applaude sem saber porque. Elle he de necessaria utilidade, para que todos se desabusem deste errado conceito que formão de hum Escriitor tão pernicioso á vista dos absurdos, inconsequencias, e ridiculo filosofar de hum impio extravagante, que intentou fabricar sobre as ruinas da revelação o monstruoso systema da Religião Natural". E mais adiante sublinha: "Assim he que muita gente não lê Mr. Rousseau; mas todo o mundo ouve gavar a Mr. Rousseau, e he por consequencia de absoluta necessidade que saiba todo o mundo quem he Mr. Rousseau" (24). Trata-se com efeito de servir um intuito pedagógico e moralizador.

Apesar do estatuto de autoridade do texto de Bergier, Francisco Coelho da Silva não resiste, no prefácio à obra, a ele próprio erigir um libelo acusatório, apostrofando Rousseau e desenvolvendo, *in absentia* do acusado, um diálogo em que carrega argumentos tendentes a destruir os princípios da Religião Natural defendida pelo cidadão de Genebra. Pretende desta feita o tradutor combater e esclarecer os seguidores deste filósofo. Assumindo-se como paladino da fé cristã, o tradutor interpela Rousseau para em seguida desenvolver a sua argumentação: "E quem sois vós João Jaques Rousseau para insultar á nossa credulidade, e oppôr á obra de Deos hum plano absurdo, monstruoso, e quimerico, e para dizer a todo o Universo: Vós ideis errados no caminho da salvação, a Igreja não vos ensina a verdadeira Fé, vinde ter comigo, e aprendereis então a saudavel intelligencia

do Evangelho? Todas as vossas idéas são incompletas, absurdas, contradictorias, e mesmo repugnantes no bom sentido; o vosso filosofar não he exacto, nem logico, nem consequente" (25). Rousseau é ainda acusado de orgulho, capricho, cínica presunção, de hipocrisia e, claro, de libertinagem. Francisco Coelho da Silva termina a interpelação a Rousseau dizendo: "Não era minha tenção fallar comvosco, que estais no outro mundo, seguramente bem arrependido do que fizestes neste; e o objecto da prosopopeia foi animar, e aquecer mais a refutação, e confundir melhor os vossos seguidores, e apaixonados, atacando em pessoa tão veneravel mestre" (26).

Todavia a nossa expectativa sai frustrada se pensamos que o prefácio aqui termina. Na verdade, e de acordo com a reflexão por nós empreendida em estudo anterior (27), embora seguindo caminhos paralelos, Rousseau, o solitário, terá sempre com ele um companheiro de jornada: M. de Voltaire. Assim, "(...) o benigno Leitor me dará licença, para que diga duas palavras a respeito de outro grande Doutor de Filosofia moderna, que adquirindo a reputação de Author Clasico em materias profundas à força de graçolas, e não de razões. (...) adoptando este grande genio os mesmos principios de Mr. Rousseau, entendem com elle indirectamente as Cartas de Mr. Bergier; e tendo por fim desenganar a mocidade, não deve parecer estranho ajojar estes dous camaradas, cujas obras são hoje, por assim dizer, o Evangelho dos Libertinos" (28). E como não há dois sem três e levando ao extremo a sabedoria popular, o tradutor trata de matar não dois mas três coelhos de uma só cajadada; por esse motivo, insurge-se ainda, extensamente, contra o autor do **Dictionnaire Philosophique** que não sabe ser o mesmo Voltaire. Deste modo, e se quiséssemos confirmar com números o que a vista desarmada e a leitura nos faz facilmente perceber, temos 18 páginas consagradas a Rousseau e 18 a Voltaire ou antes 18 a Rousseau e 56 a Voltaire já que o autor do dito **Dictionnaire** é o próprio François-Marie Arouet. A acusação de materialismo, libertinagem e atentado à Religião reúne-os e faz deles autores proscritos.

Em **Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**, o geometra português, Francisco de Borja Garçon Stockler, escreve o **Elogio historico de João le Rond d'Alembert** (29). Nesse texto em que se traça a biografia deste insigne enciclopedista, sua formação, vocação e registo de todos os contributos para o desenvolvimento das ciências e divulgação do conhecimento científico, inevitavelmente surgem referências a vultos seus contemporâneos que, por uma razão ou por outra, se encontram ligados à sua obra: Diderot e Rousseau mas não Voltaire.

A presença elogiosa de Rousseau ocorre a propósito do artigo **Genève** escrito por d'Alembert para o 7º volume da **Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers** (1751-1772) e que tanta polémica gerou no seu tempo. Com efeito, um dos aspectos que esse escrito

focava era o da inexistência de um teatro em Genève, lacuna que d'Alembert sugeria que se colmatasse pela criação de um teatro de comédia. Ora, J.-J. Rousseau ao ter conhecimento deste facto, resolve escrever a famosíssima **Lettre à M. d'Alembert sur les spectacles** (1758), na qual apresenta a arte da representação como meio capaz de corromper os costumes: (...) je crois qu'on peut conclure de ces considérations diverses que l'effet moral du spectacle et des théâtres ne saurait jamais être bon ni salutaire en lui-même puisqu'à ne compter que leurs avantages, on n'y trouve aucune sorte d'utilité réelle sans inconvénients qui la surpassent. Or, par une suite de son inutilité même, le Théâtre, qui ne peut rien pour corriger les moeurs, peut beaucoup pour les altérer" (30). Esta disputa é pois evocada neste **Elogio**, porém Stockler fá-lo com preocupações de isenção, na medida em que tanto d'Alembert como Rousseau são, para ele, objecto de grande consideração. Diz Francisco Stockler: "(...) e receando que esta inovação produzisse consequencias funestas aos seus costumes, se resolveo a pegar na penna contra d'Alembert, não para caluniallo, ou para dizer-lhe injurias como todos os outros adversarios, que a Encyclopédia lhe havia suscitado; mas para mostrar à sua Patria o risco a que se expunha se abraçasse aquelle conselho. A sua Carta contra os theatros, aliás chêa de utilissimas reflexões moraes sobre a natureza dos espectaculos em geral e sobre a Tragedia, e Comedia em particular, he dictada por aquelle mesmo enthusiasmo, que produzira os Discursos sobre a influencia das Sciencias nos costumes, e sobre a origem da desigualdade entre os homens" (31).

Não resistindo a emitir um juízo próprio, o autor do **Elogio** a d'Alembert acaba também por defender o Teatro como ponto de encontro de um duplo objectivo a atingir, o divertimento e a edificação moral: "(...) somente direi, que Rousseau arrebatou-me, mas d'Alembert convenceu-me; e quanto a mim o Filosofo, que possuir o talento da Poesia, combinando os escritos de hum e de outro, poderá d'elles deduzir as verdadeiras regras de hum theatro, capaz ao mesmo tempo de interessar os homens, e de corrigir os seus defeitos; de hum theatro que seja juntamente o lugar do recreio, e a Escola da moral" (32).

**Elogio a João le Rond d'Alembert** é um exemplo, pela positiva, da circulação de um capital de ideias e obras rousseauianas no Portugal setecentista, capital centrado à volta de obras políticas e morais como **Du Contrat Social** ou o **Émile** e não em torno de obras de cunho autobiográfico (33). Torna-se aliás importante recordar que apesar das medidas empreendidas pela **Real Mesa Censória** e, a partir de 1787, pela **Real Comissão para o Exame e Censura de Livros**, e ainda apesar da vigilância do Intendente Geral da Polícia, no reinado de D. Maria I, sobre a entrada de livros e circulação em terra lusa de cidadãos franceses, as obras circulavam e as ideias propagavam-se (34).



Luís A. de Oliveira Ramos, em **Da Aquisição de Livros Proibidos nos fins do séc. XVIII (Casos Portugueses)**, fala de diferentes alternativas que então se colocavam à entrada em Portugal de livros defesos, como por exemplo, através de militares estrangeiros, de diplomatas (cavaleiro de Lebzelter, representante da Áustria, ou do Barão de Oxensterna, ministro da Suécia). Refere ainda Oliveira Ramos, o caso do livreiro José Dubié em que o embaixador de França, o Conde de Challons, se viu envolvido. Em casa deste livreiro foi encontrado um caixote de livros que continha, entre outras obras, o **Émile**, a **Henriade** e obras de Fréret. Depois de muitas diligências em que o capelão do embaixador, intermediário no processo, reclamava para o embaixador e seu filho a posse efectiva dos livros, só a obra de Voltaire foi devolvida, o que é bem revelador do carácter subversivo e perigoso que todas as outras obras possuíam aos olhos das autoridades portuguesas (35). Também a vaga migratória desencadeada pela Revolução Francesa, faz aportar a Portugal membros da aristocracia e do clero franceses, imbuídos de leituras dos filósofos das Luzes (entre os quais Rousseau) e testemunhas das novas instituições democráticas em França. Como justamente nota Oliveira Ramos, estes emigrados funcionavam enquanto propagandistas involuntários das instituições revolucionárias e como difusores da cultura francesa (36).

É significativo que num manual de civilidade como **O Perfeito Pedagogo na Arte de Educar a Mocidade em que se dão as Regras da Polícia, e Urbanidade Christã, conforme os usos e costumes de Portugal** — e que data de 1782 — a língua francesa seja considerada a segunda mais importante: “Ella he de hum grande, e ordinario uso entre nós; e de huma necessidade tão conhecida, que seria a sua ignorancia muito criminosa. (...) Hoje se falla, lê, e escreve na lingua Franceza em Portugal com mais facilidade que faziam em castelhano no tempo dos Filippes”. E embora não se explicita a que livros o autor deste manual, João Rosado de Villa-Lobos, se refere, afirma-se cumulativamente que “A sua necessidade entre nós he tão conhecida, que nunca nos envergonharemos de dizer, que com a introduccção dos seus bons Livros, se tem sensivelmente augmentado assim os progressos da nossa litteratura. Por tudo o referido, he muito necessario que o Menino a estude, e a saiba” (37).

Por fim, no que diz respeito ao século XVIII, é curioso salientar o facto de não termos encontrado nenhum texto de autor religioso português sobre J.-J. Rousseau quando o clero foi dos grandes perseguidores do cidadão de Genève. Seria talvez um campo de exploração a trilhar o estudo da literatura apologética e parenética de Setecentos.

## ROUSSEAU NA IMPRENSA PERIÓDICA DO SÉCULO XIX

A instabilidade e insegurança criadas pelas invasões francesas, iniciadas em 1807, são desde logo factores impeditivos de criação de um tempo e espaço próprios para o desenvolvimento de uma actividade crítica que passaria pela análise e juízo de obras de um autor. Para além do referido, a ameaça concretizada de perda de autonomia política vai fazer emergir uma atitude francófoba que recairá também sobre escritores responsabilizados pela eclosão da Revolução de 1789 que, aos olhos de muitos, terá redundado posteriormente numa vaga imperialista francesa. Exemplo acabado dessa atitude encontramos-lo em José Agostinho de Macedo, notável polemista de início do século, cuja obra periodística revela, insistentemente, uma reacção francófoba que passa pelo ataque verrinoso — que lhe é tão característico — aos filósofos das Luzes: “Se nunca as modas, os costumes, os usos, a linguagem, os Livros da França, houvessem entrado em Portugal, elle se conservaria na sua antiga simplicidade, no seu poder, nas suas riquezas, e na fruição pacifica de seus bens, e não estaria (com todas as luzes da escola politica da França) representando tão lastimosa, e miseravel figura, sepultado na voragem, em que se tem abysmado as outras Nações, que ou por crédulas, ou por fracas, se deixarão arrastar do pestilencial espirito da Politica Franceza.” (38), opina em **Motim Literário** Agostinho de Macedo.

Esta publicação periódica, em forma de solilóquios, que surge em 1811, apresenta sucessivas arremetidas contra François-Marie Arouet, dito Voltaire, como por exemplo acontece no “Soliloquio VII”, escrito onde Agostinho de Macedo passa em revista toda a obra do patriarca de Ferney, que diz ter lido na íntegra, comentando-a, criticando-a e observando que “Entre todos os Authores, Voltaire he o lido com mais gosto, e o unico citado com mais affectação” (39). Realçando o carácter de dupla inseparável, José Agostinho de Macedo justifica assim a necessidade de se debruçar também sobre Rousseau. É o que intenta fazer no “Soliloquio IX”, “(...) porque assim como quem falla no Frade, falla no capello, da mesma maneira em razão do ajojo, quem falla em Voltaire, hade fallar em Rousseau” (40).

Apesar de referir 33 volumes de uma última edição da obra de Rousseau, José Agostinho de Macedo articulará os seus juízos em torno do *Émile*, de *Julie ou la Nouvelle Héloïse*, do *Discours sur l'Origine et les Fondements de l'Inégalité parmi les Hommes* e, por fim, sobre uma carta da correspondência de Jean-Jacques, dando a conhecer em traços muito rápidos algumas etapas da vida do cidadão de Genève até ao momento em que se torna famoso pela atribuição do prémio da Académie de Dijon. Será certamente pela postura de crítica aos progressos das artes e das ciências enquanto factores corruptores dos costumes que o frade barbadinho o apoda de “campião anteliterario” (41).

Embora venha a afirmar de Rousseau que ele é "(...) o Escriitor mais pestilencial e danoso que este seculo, que formiga em Filozofos, tem produzido" pois "nenhum causou tantas ruinas, e tantos estragos", antes mesmo de se debruçar sobre as suas obras e talvez para dar uma imagem de objectividade e justeza nas suas apreciações, ou porque Voltaire é que é de facto o grande fautor do mal, José Agostinho de Macedo diz ainda que J.-J. "(...) he a todas as luzes hum escriptor superior a seu camarada Voltaire, e como Filozofa he sem duvida hum homem muito mais extraordinario" (42). Esta peça saída no **Motim Literario** procura pôr em relevo os efeitos nocivos do **Émile**, obra que vem em primeiro lugar, e de **La Nouvelle Héloïse**, "novella lasciva" (43), cujas sequelas se fizeram sobretudo sentir entre as mulheres e o autor refere-se em particular às mulheres francesas: "(...) o abreijarado Emilio, systema da educação, falço, ridiculo, e perigoso, fez mais mal ás mulheres, do que aos costumes das mulheres; e a Senhora Nova Eloisa fez-lhe andar a cabeça á roda" (44).

Ora a negatividade da crítica de Macedo não passa por uma discussão das ideias contidas no **Émile**, contrariamente ao que sucedia no prefácio de Francisco Coelho da Silva a **O Deismo refutado por si mesmo**; ela passa, outrossim, pelo carácter irrisório e anedótico de reacções a essas obras que Agostinho de Macedo evoca, como a narrativa breve da amamentação de crianças em plena Ópera parisiense. A imagem que se pretende dar de Rousseau é a de um D. Quixote no que este personagem tem de idealista mas também de louco. Com efeito, o criador do **Motim Literario**, na parte inicial do seu escrito, considera que "ainda não existio maior architector de Castelllos em Hespanha" e termina o solilóquio afirmando que as considerações filosóficas rousseauianas são provas da "fraqueza de miolo" (45). O resumo que José Agostinho de Macedo faz dos princípios contidos no **Émile** — que ele não deixa de informar ter sido obra condenada e queimada em 1762 —, passa também ele pelo objectivo de meter a ridículo o autor e as suas ideias, fazendo-as sentir como parvoíces (46).

Outro aspecto que Macedo põe em relevo no seu texto é "o estranho genio paradoxal que este Demonio tinha" (47) e exemplifica: Rousseau condena as novelas licenciosas mas faz uma novela lasciva, **Julie**. E para caucionar a presença constante da contradição em Rousseau, confronta o **Discours sur l'Origine de l'Inégalité** com a carta escolhida da correspondência de Rousseau. Diz Macedo que, no **Discours**, Rousseau se apresenta como um verdadeiro patriota, respeitador das leis instituídas, é certo que numa Pátria ideal, ao passo que no texto epistolar ele se considera e quer-se um proscrito, um apátrida, livre de deveres, constituindo-se este escrito como uma "antesocial prelênga" (48). Agostinho de Macedo concebe J.-J. Rousseau como entidade bifronte que contribui para uma filosofia que "he huma linguagem da mentira e da impostura" (49) e, como

não podia deixar de ser, responsabiliza-o pela Revolução Francesa e suas consequências: "(...) olha para a tua Patria, vê o estado em que a pozerão a Revolução e as consequências da Revolução, feita por esses cães, que tu assulaste com as tuas ôccas theorias do melhoramento do genero humano" (50).

A faceta paradoxal do carácter e da obra de Rousseau, especificidade que data do seu primeiro escrito com sucesso, o **Discours sur les Sciences et les Arts**, essa faceta, dizíamos, constitui-se verdadeiro *leitmotiv* na história da sua recepção e o próprio José Agostinho de Macedo o mostra bem ao fazer ciclicamente referência a esta característica nos seus escritos. Se no **Motim Literario** já se recórdava este facto ao leitor (51), em 1815, nas **Cartas a Attico** interroga-se Macedo: "Que nos resta dos Systemas de Des-Cartes [*sic*], dos principios de Montesquieu, dos Paradoxos de João Jacques" (52). E em o **Desengano. Periodico Politico e Moral** de 1830 reiteradamente surge a afirmação da volubilidade de opinião em Rousseau (53).

É curioso verificar de novo que os opositores de Rousseau, que o são também de Voltaire, adoptam argumentos do autor de **Candide** para refutar posições rousseauianias. Escreve Agostinho de Macedo: "Mas discorrendo assim, não vai longe de seus principios, expostos no seu Livro da igualdade. Quando compunha tinha por certo a fantazia a vêr os homens irsutos, que passeavão em quatro pés á roda de sua carteira". E não resiste ao seu estilo truculento, verrinoso e até insultuoso, deturpando e tirando do contexto frases de Rousseau: "E com effeito nos ultimos annos de sua vida estava já tão fóra de si com a negra Filosofia que attemava que era hum Urso, e por tal o representão suas obras posthumas (...)" (54). Finalmente, não podemos deixar de chamar a atenção para este "Soliloquio IX" pelo testemunho que explicitamente dá, da circulação de Rousseau em Portugal: "Por todos os angulos da Europa, sem escapar o Padre Téjo, ressoou o de João Jacques" (55).

Noutros textos de **Motim Litterario**, o autor de **Os Burros** consegue todavia ultrapassar-se na crítica a Jean-Jacques Rousseau. Ele adopta mesmo o registo da injúria e da calúnia quando no "Soliloquio XIV" o acusa de plágio, pois, em seu entender, "(...) este Escrivão era um Hipocrita, e a sua originalidade he huma quiméra, furtava tudo, e furtava bem, mas o Diabo, tem huma manta, e hum chocalho, e furtos Literarios quasi sempre vem a apparecer". E o tom de pregador que era, continua quando mais adiante afirma "(...) e eu vi com estes olhos, que hão-de comer a Terra, em Gibon Inglez, author de certa Historia da decadencia dos Romanos, pedaços de Jacques, furtados de Montagne (*sic*), e só disfarçados no estilo. (...) Jacques he um grande mentiroso, e o primeiro Discurso de Jacques, que levou o premio em Dijon, he a cópia de huma carta, que escreveu Lilio Giraldi ao sabichão Conde João Pico, e mais de outro tratadinho de

Jorge Agricola, Author ignorado, ou esquecido, porque os homens zangarão-se, e com razão, de Livros in folio" (56).

Ainda no **Motim Literario**, "Soliloquio LVI", se fala sobre o **Contrato Social** que considera "a ultima e manca producção, que appareceo sobre politica" e cujo subtítulo erradamente indica como "Principios do Direito Publico" em vez de "Politico" (57). De novo põe a ridículo Rousseau, mostrando-o soberbo, orgulhoso, presunçoso e responsável, com a sua obra, pela germinação de ideais revolucionários, tão perniciosos, e originadores de consequências nefastas em França.

Noutros campos exerceu também José Agostinho de Macedo a sua actividade crítica e reflexiva; estão nesse caso os textos por ele produzidos enquanto censor do Ordinário que foi, entre 1824 e 1829. "No período em que José Agostinho de Macedo exerceu a Censura, era este encargo sumamente penoso, porque as ideias politicas do liberalismo eram sistematicamente confundidas com o racionalismo philosophico, e o partido apostolico, impondo o absolutismo monarchico para prevenir-se contra o pensamento moderno, submettia todos os livros a duas alçadas por vezes antagonicas, os Censores régios e os Censores do Ordinário ou da auctoridade ecclesiastica.", refere Teófilo Braga em *Breve estudo sobre a historia da censura em Portugal* (58).

Vemos deste modo que a censura sobre os livros continua a existir, bem como os autores proscritos o continuam a ser. O parecer de J. A. de Macedo sobre o Catálogo de livros de Jacques António Orcel mostra-o bem. A propósito deste catálogo o censor observa com argúcia que "o catalogo offerecido é de muito estudada simplicidade" (59) e, por suspeita e aparentemente nada haver a opôr, se pede ao livreiro a apresentação das facturas. Tal expediente levará à reprovação de obras de Voltaire: "**Contos e Romances** — com este innocente titulo se introduzia n 'este reino a preciosidade de uma collecção completa de todas as Novellas e Contos de Voltaire: **Candido**, **Micromegas**, Templo de Jatab, **Chinellas de Mahamud**, etc, etc." (60). Neste texto, Agostinho de Macedo chama ainda a atenção para o seguinte facto — e estamos em 1824: "Vêm livros de França em papel, emmaçados e encostalados; nos catalogos annuncia-se um titulo de livro que se pode deixar correr, e este titulo e algumas folhas a que chamam capilhas vêm em cima; mas no centro são os prohibidos da primeira classe! Por isso livro prohibido nunca apparece com brochura, ou encadernação franceza, mas sempre portugueza". E adverte: "Esta introdução não se pode attribuir nem a descuidos, nem a impericia dos Censores; por isso seria necessario que o Governo determinasse pessoa intélligente que na mesma alfândega fizesse abrir os costaes de livros em papel, e allí os examinasse, não só nas superficies, mas no miolo; e esta medida podia ser proposta pela Auctoridade ecclesiastica a sua Mag.de para determinar o que fosse servido" (61).

Curiosamente, no conjunto destes textos publicados por Teófilo Braga não surge nenhuma referência a Rousseau e às suas obras, ao contrário do que acontece com Voltaire. Este facto explica-se, certamente, por questões de ordem meramente circunstancial, ou então porque Rousseau seria menos lido e procurado do que o seu contemporâneo, explicação que se veria confirmada pelo menor número de traduções da sua obra nesta época quando comparado com as traduções da obra voltairiana (62).

Companheiro na virulência e até na injúria de alguma escrita de José Agostinho de Macedo relativamente a Rousseau é o periódico católico **A Caridade** que, em 1887, lança uma feroz diatribe, envolvendo os dois corifeus da irreligião do século XVIII: Voltaire e Rousseau (63). Na verdade, tanto os escritos de Agostinho de Macedo como o artigo "Voltaire e Rousseau" situam-se num registo de rousseaufobia extrema. No caso de **A Caridade** — e de resto sem laivos de qualquer caridade — todo o texto ressuma repulsa e ódio pelo cidadão de Genève.

Tendo como objectivo mostrar aos discípulos de François-Marie Arouet e de Jean-Jacques a verdadeira natureza perniciosa de seus mestres, e prevenir do mal os incautos e os inocentes, o autor anónimo reescreve a História setecentista e a vida dos dois vultos das Luzes. Assim, e qual Rousseau com a sua famosa certeza da existência de um complot erguido contra ele, também **A Caridade** é peremptória ao afirmar que "Uma coalisão de litteratos, conhecidos pelo nome de philosophos, formou horrivel conspiração para destruir a religião de Jesus Christo" (64). Dessa coalisão destaca-se Voltaire e Rousseau que apenas pelas suas vidas são "apostolos da incredulidade" e que, na opinião deste periódico, são "duas vezes culpados como apostatas da fé e profanadores do genio", tornando-se, por esse motivo, "escorias do genero humano" (65).

Voltaire e Rousseau dividem entre si a responsabilidade do mal perpretado: "Ao passo que Voltaire corrompia a mocidade e fallava aos espiritos superficiaes, dirigindo-se João Jacques Rousseau aos homens que se presam de reflectidos, e que então se intitulavam pensadores ou espiritos fortes" (66). Esta divisão e funções tê-la-á feito o articulista com base nos géneros literários em que se inscrevem as obras de um e de outro. A presença em Voltaire de uma escrita dramática, de um filão cómico e irónico e, em Rousseau, de uma escrita de cunho mais marcadamente ensaístico e reflexivo, justificará esta imputação de diferentes públicos e tarefas.

Para além da licenciosidade, pedra de toque nas biografias aqui traçadas, assinala-se no que respeita a Rousseau a ênfase colocada na leitura que o autor de **Julie** fez de romances — e a expressão "leitura de romances" vem grafada em itálico —, informação reiterada que aponta para uma concepção deste género literário enquanto veículo de corrupção e estropiamento moral da pessoa humana — e estamos já em finais de

Oitocentos. O Rousseau aqui retratado é um Rousseau mentiroso, preguiçoso, vagabundo, devasso. E a reescrita, diríamos mesmo ficcionalização da sua vida, culmina com um final melodramático: a morte de Rousseau por suicídio com um tiro de pistola e com ingestão prévia de veneno (67)!

Além dos escritos referidos que balizam o século, testemunhos de atitudes de rejeição de Rousseau e das suas ideias pedagógicas e políticas, bem como de repulsa pelo homem nascido em 1712 em Genève, encontramos, em 1842, na revista **O Panorama**, um artigo — não sabemos se original se traduzido — que se debruça sobre “O segredo da originalidade de Rousseau” (68) e que se situa, também ele, numa isotopia similar. Muito embora este artigo não apresente um carácter virulento, Rousseau é mostrado ao público leitor sob uma luz desfavorável; é o autor de algum modo excêntrico que surge, através da sua extravagância, das suas contradições, da sua misantropia e insociabilidade porque desejoso de celebridade. Rousseau teria confidenciado a David Hume, quando do seu exílio em Inglaterra, que “um escriptor já não tinha outro maravilhoso a empregar senão o maravilhoso da vida, das maneiras, dos caracteres, e das situações extraordinárias, por meio das quaes podesse imprimir emoções fortes, efeitos profundos e imprevistos, novos tanto na moral como no phisico” (69). Será então esta a chave de leitura que o autor do texto utiliza para apresentar diferentes escritos de Rousseau. Assim, o culto da originalidade com o fim de conquistar a celebridade é que o faz opinar que o restabelecimento das artes e das ciências não contribuíu para melhorar os costumes e foi também esse objectivo que o fez entusiasta da vida selvagem no segundo discurso apresentado à Academia de Dijon. A propósito da sua correspondência, afirma-se que ela não pode servir de modelo do género epistolar pois contém “exaggeração de sentimento, um desregramento de paixão” (70); e a respeito de **Émile** salienta-se as objecções contra o cristianismo aí contidas. Quanto às **Confessions**, trata-se de “uma obrinha” que manifesta “cynismo descarado” (71). O que de facto neste artigo transparece é, mais do que uma recusa da obra, a recusa do homem, chegando o ataque a ser mesmo de ordem pessoal: “Em todos os seus escritos respira uma affectada misantropia, um desgosto e aversão à sociedade e comunicação dos homens, não menos que amargos queixumes de sua indigencia; ao mesmo tempo que ninguém foi mais melindroso e irritavel, quando lhe faltavam com os applausos e admirações, ou lhe dirigiam censuras que suas imprudencias mesmo lhe acarretavam; quanto à pobreza inculcada, todo o mundo sabia que elle teve sempre seguros e ineffectiveis seus meios d’existencia” (72).

Dos poucos textos críticos oitocentistas que se demoram em Rousseau, duas tendências se registam. Por um lado, a necessidade de combater Rousseau, de o denegrir, por outro lado, a vontade e sem dúvida também

a necessidade de o reabilitar, cristianizando-o de uma forma laica, se tal é possível. De facto, nos restantes artigos que encontramos sobre Rousseau, em particular no **Archivo Pittoresco**, trata-se com efeito de redimir Rousseau através do filtro do cristianismo. Trata-se de repelir e mesmo fazer esquecer a imagem estereotipada de Rousseau enquanto inimigo e ameaça à religião. Aliás, já anterior a "O Segredo da originalidade de Rousseau" (1842), os textos de Alexandre Herculano que foram sendo publicados no **Panorama** ao longo de 1839, e que se intitulavam "Do Christianismo" (74), reabilitam o autor do **Émile**.

No primeiro dos artigos publicados neste periódico e ao expôr os objectivos que norteiam a reflexão a empreender, Herculano esclarece que se trata de tomar a defesa da religião e, para isso, recua no tempo para justificar o como e o porquê do ataque à religião no século XVIII. Em seu entender, a vaga anti-religiosa constitui-se como "reacção contra a corrupção do christianismo" (75). "Houve um tempo", narra Herculano, "em que na Europa se alevantou um espirito de discussão, que chamou todas as idéas religiosas perante o seu tribunal, avaliou-as uma por uma, e condemnou-as sem excepção: este tempo foi o do seculo passado" (76).

Alexandre Herculano critica e chama a atenção para o facto de os filósofos não terem distinguido e pensado duas realidades diversas, o Evangelho e a história dos homens, tratando apenas de tudo condenar e recusar e daí a má fé que os escritos anti-cristãos revelam. Porém, salienta Herculano que "Um homem houve que poz a questão d'outro modo: que muitas vezes a viu á sua verdadeira luz; este homem foi Rousseau tinha uma alma religiosa: considerou o christianismo como Jesu-Christo o estabelecera, e como os seculos, e as paixões dos homens o tinham transfigurado, e não ousou amaldiçoa-lo; nem sacudiu o pó de seus çapatos na raiz do calvario; mas não pôde vencer o espirito do seculo, e deixou-se opprimir pela incredulidade. (...) Rousseau se nascera cincoenta annos mais tarde, fôra a mais fôrte columna do christianismo: aquella alma formosissima seria hoje na terra como um anjo de Deus. (...) [porque] sabia ter olhos para lagrymas, e coração para crer" (77). O destaque elogioso e reverente da singularidade rousseauniana e que aponta para uma valorização do sentimento mais do que do intellecto, é ainda realçado pelo facto de se criticar acerbamente Bergier, o grande refutador das ideias de J.-J. Rousseau. Assim, Herculano acusa o grande adversário do filosofismo de não ter compreendido o espírito do Evangelho e de ser como os filósofos "um miseravel sophista" (78): "(...) o abbade Bergier derrubou o philosophismo mostrando que os novos systemas eram contradictorios e insustentaveis; mas isto nada mais foi do que esconder as ruinas d'um edificio carunchoso e pôdre" (79). Herculano chega mesmo a afirmar que Bergier se coloca ao nível de Voltaire na má fé e justifica a nulidade dos seus escritos dizendo:



"geralmente verdadeiros na expressão, eram falsos na sua idéia geradora, ao passo que os dos philosophos, falsos em quasi tudo, falsos até na sua concepção primordial, recebiam vida da idéa verdadeira, generosa e progressiva, que entrava, ainda que só por metade, nessa concepção primitiva" (80).

Vão também no mesmo sentido de desculpabilização e até por vezes da imputação de uma auréola de santidade a Rousseau, os textos publicados no **Archivo Pittoresco** a que já aludimos, um deles sobre "Rousseau e a Revolução Franceza" e o segundo, consagrado a Bernardin de Saint-Pierre, mas em que também se fala de J.-J. Rousseau. Em "Rousseau e a Revolução Franceza" o articulista dá a conhecer o homem, através da evocação de etapas da sua vida, acentuando sempre a faceta sentimental, a sensibilidade de Jean-Jacques, e recorre mesmo a testemunhos de contemporâneos seus que lhe são favoráveis. Põe-se em relevo os padecimentos morais de Rousseau, muito embora não se negue a sua natureza imaginária, e acentua-se também a vertente religiosa: "Rousseau por mais que digam os feotas, era o homem mais religioso do seu tempo. Toda a sua vida procurou Deus na natureza" (81). E mais adiante comungase da opinião de Herculano quando se afirma: "A philosophia do XVIII seculo (82) passa por ter sido uma reacção contra as doutrinas e instituições, que desfiguravam o fundamento das crenças catholicas. João Jacques, principalmente, retomou a tradição christã de mais alto que as seitas protestantes: regenerou o sentimento religioso nas suas duas fontes immortaes, o amor da natureza, e o amor da humanidade" (83).

O modo como a sua obra é aqui trazida à colação concorre também para acentuar o carácter religioso de Rousseau e para chamar a atenção para o homem, mais do que para o escritor. Tomemos a título de exemplo as seguintes passagens: "A infancia que amára, a exemplo de Jesus Christo (*Sinite parvulus venire ad me*); a infancia para a qual escrevêra um tratado de educação no seu *Emilio (...)*" (84); e a adopção e adaptação de uma retórica de estilo eclesial continua quando se fala das **Confessions**: "Este livro não é sómente uma tentativa ousada, é um regresso aos usos da igreja primitiva. (...) João Jacques collocou-se no ponto de vista dos penitentes dos primeiros seculos, e mais do que elles, não é á igreja que se dirige, é á humanidade, que só ella recebeu de Deus o poder de atar e desatar. É que, o que a humanidade perdoa na terra, será perdoado no ceo" (85).

No que respeita às relações entre Rousseau e a Revolução Franceza que desde logo se manifestam neste artigo por um paralelismo entre a evolução da própria Revolução e o decurso da vida de Rousseau, considera-se que de todos os filósofos do século XVIII, J.-J. Rousseau foi o que teve mais influência sobre ela, pois as suas obras **Du Contrat Social**, **Discours sur l'Origine et les Fondements de l'Inégalité parmi les**

**Hommes e La Profession de Foi du Vicaire Savoyard** inspiram alguns dos seus protagonistas. Considera-se que a primeira etapa que foi destrutiva se deve a Voltaire e a de reconstrução social se deve a Rousseau (86).

O texto que se distribui por dois números do **Archivo Pittresco** apresenta não apenas uma imagem favorável de Rousseau como também da Revolução, explicando e desculpando os excessos que ambos conheceram. E se, na parte sobretudo consagrada à revolução de 1789, se procura mostrar de que forma as doutrinas políticas e sociais de Rousseau se imbricam com a Revolução Francesa, de novo surge a tónica religiosa atrás referida: "Vê-se que a philosophia se reproduz na revolução franceza com todos os seus pormenores: nunca a influencia directa da idea sobre o facto foi mais sensível. João Jacques communica á revolução francesa o sentimento religioso" (87).

Outro exemplo curioso da reabilitação de Rousseau e da preocupação de o demarcar do grupo dos Filósofos das Luzes, encontramos-lo, ainda neste mesmo periódico, pela mão de D. Miguel Souto-Mayor. Na verdade, este artigo é consagrado a Bernardin de Saint-Pierre. Porém, como se pretende dar conta da especificidade do autor no século em que viveu, começa-se por caracterizar o conjunto de personalidades de Setecentos e destaca-se alguém que em diversos aspectos se encontra próximo do criador de **Paul et Virginie**; trata-se, em suma, de encontrar um precursor.

Assim, para D. Miguel Souto-Mayor, "Os philosophos do seculo passado eram apenas uns orgulhosos loucos, que vendo os seus contemporaneos submersos no pêgo dos vícios, procuraram dourar-lhes a torpeza, para arrancarem ás turbas os applausos, de que eram sedentos. (...) Era preciso que do proprio gremio do philosophismo se alevantassem a reacção, e que a moral, a virtude, tudo isso que os pseudo-philosophos capitulavam de illusões, despertasse em seu favor uma voz poderosa no meio mesmo das enraivecidas hostes dos livres pensadores. (...) o primeiro reaccionario foi João Jacques Rousseau!" (88). D. Miguel Souto-Mayor — e na linha de Herculano cujo artigo já referido aliás cita — chama a atenção para o facto de Rousseau ter combatido o orgulho dos homens de letras, e de ter defendido o sentimento religioso: "Rousseau esforçou-se por subtrahir á destruição geral o sentimento religioso, e tentou reabilitar a moral pelo quadro dos costumes republicanos em sua primitiva simplicidade, 'collocando-se em opposição á eschola *voltairiana*, ao passo que esta divinisa a razão que desune, Rousseau exaltava o sentimento que aproxima" (89). Ora, onde Bernardin de Saint-Pierre se encaixa é precisamente nesta reacção de Rousseau caracterizada pela valorização de uma atitude sentimentalista que, na opinião de D. Miguel Souto-Mayor, tornou possível a reconstrução da arte e do belo, e fez triunfar o predomínio da moral e do sentimento. O autor do artigo chama ainda a atenção para o facto de

que apesar da importância do sentimento religioso em Rousseau, este não chegou a compreender o cristianismo.

Vemos pois da análise breve dos artigos referidos que, para além de um processo de reabilitação mais do homem que do escritor, o século XIX e, em particular, a partir da década de quarenta, põe em relevo a faceta sentimental do homem e da obra, facto que aliás se compreende à luz da sensibilidade romântica que então se vive. Ora, não é por acaso que, em 1885, Teixeira Bastos, na **Revista de Estudos Livres**, em "Diderot", e a *Philosophia do século XVIII*, a propósito do centenário em 30 de Julho de 1884, refira Voltaire e Rousseau — de novo juntos — chamando a atenção para a superioridade mental do primeiro e para o sentimento exagerado do segundo. Embora ambos estejam integrados no grupo daqueles que reconheceram a necessidade de reformar radicalmente a concepção filosófica do mundo e do homem pela eliminação da teologia <sup>(90)</sup>, Teixeira Bastos considera que "Os principais representantes d'este negativismo critico, e sobretudo os mais populares e os que mais influíram na revolução intellectual, foram Voltaire e Rousseau, que mutuamente se completavam, apesar do odio que os separava e da incontestavel superioridade mental e moral do primeiro sobre o segundo. Eram ambos mais litteratos do que pensadores e philosophos, e d'este facto resultou provavelmente a sua acção mais directa e immediata sobre o espirito publico. Voltaire, aceitando Deus como uma entidade necessaria, apenas convencional, dirigia as suas baterias com a razão inteiramente lucida contra os fundamentos da religião, dispondo os animos para receberem a nova doutrina dos philosophos. Rousseau, dotado de uma sensibilidade, digamos mesmo morbida, espirito fraco, não ousando afirmar de dia o que pensava de noite, dirigia todos os seus ataques contra as desigualdades sociaes, contra a soberania real, prégando a igualdade humana perante a natureza" <sup>(91)</sup>. Mas como é outra a visão do mundo, do homem, uma visão agora de cariz mais positivista, já não é Voltaire nem Rousseau que surgem enquanto entidades modelares e, por esse motivo, se considera Diderot muito superior porque mais próximo de uma acção concreta. Saliente-se ainda o facto de para Teixeira Bastos Rousseau ser mais um literato, contrariamente à imagem estereotipada e tão divulgada de Rousseau filósofo.

Em 1885, no **Diario Illustrado**, surge ainda um pequeno artigo sobre Rousseau a elucidar e a acompanhar a ilustração com o retrato de Jean-Jacques. Neste texto, dá-se a conhecer em traços rápidos a biografia de Jean-Jacques Rousseau e referem-se as diferentes obras do autor. Notemos, no entanto, que quase logo no início se afirma de Rousseau: "Dotado d'um genio ardente e d'uma sensibilidade exquisita, deveu-lhes toda a sua superioridade, toda a sua gloria, e as suas desgraças" <sup>(92)</sup>; trata-se novamente de trazer para primeiro plano o filão da sensibilidade. Lembra-se ainda ao

leitor a misantropia rousseauiana, e a presença dos seus “numerosos paradoxos” (93), dois *leitmotives* na recepção crítica do autor.

Neste périplo pelo século XIX, não podíamos deixar de recorrer à imprensa periódica enquanto receptáculo de um discurso de efeméride que ela tantas vezes acolhe, como barómetro afinal de um processo de recepção. A presença diminuta de J.-J. Rousseau nas páginas da imprensa periódica é exemplarmente atestada nos anos do centenário do seu nascimento (1712) e morte (1778). Se no primeiro caso a ausência é mais do que justificada pela conturbada situação política advinda das invasões napoleónicas, a quase ausência em 1878 é, de facto, de admirar na medida em que as revistas e, em particular, os jornais registavam habitualmente este tipo de efemérides. Se atendermos porém ao modo como foi conduzida a celebração do centenário da morte de Rousseau em França, a surpresa atenua-se de forma considerável.

Com efeito, o jornal republicano **Le Bien Public** avança, cerca de dois anos antes, com uma campanha que visa a comemoração em 1878, concomitantemente ao desenrolar da Exposição Universal, do duplo centenário de Voltaire e de Rousseau. No entanto, o projecto de celebração do centenário rousseauiano acabará por ser abandonado. Em “Le premier centenaire de la mort de Rousseau et de Voltaire: significations d'une commémoration” — estudo contrastivo das duas celebrações — afirma-se a este propósito: “Rien n'empêche de croire que l'élimination a plus tenu à des motivations antireligieuses qu'à des raisons politiques et sociales précises selon lesquelles on aurait écarté Rousseau parce qu'il représentait une idéologie plus populaire”. E ainda, “On aimerait savoir pourquoi l'idée du double centenaire fut abandonnée. La lecture des journaux qui en lancèrent les premiers le projet n'est guère éclairante. Il paraît vraisemblable que la pression des libres penseurs, que **La Profession du Vicaire Savoyard** inquiétait fut décisive” (94). Seja como for, o projecto é retomado pour Louis Blanc a 2 de Julho de 1878, dia da morte de Rousseau, e a celebração decorrerá simbolicamente a 14 de Julho. Porém, e como se salienta no estudo acima citado, “Le décor est plus modeste que pour le centenaire de Voltaire: pas d'oriflammes, ni de couronnes, ni de statue” (95). Tal como para Voltaire, o que sobressairá na comemoração é o lado político, caindo no esquecimento o literato, embora no caso de Rousseau se procure articular o homem e a obra na sua totalidade. Contudo, se, em França, para Voltaire se faz publicar um livro do centenário (**Oeuvres Choiesies**), com Rousseau não há um crescimento de edições mas tão somente a reedição das **Confessions** (96).

Assim, a consulta de jornais diários de Lisboa e Porto como **A Revolução de Setembro**, **O Diário de Notícias**, **O Commercio do Porto**, **O Primeiro de Janeiro** e **A Actualidade**, confronta-nos apenas com breves

notícias. Se nos dois jornais da capital nada surge sobre Rousseau, **O Primeiro de Janeiro** apresenta duas curtas referências às comemorações do centenário em Genève a 6 e 7 de Julho de 1878 (97). Já o **Actualidade** de 7 de Julho, sob a rubrica “Correspondencia de Paris”, informa que o centenário de Rousseau será celebrado em Paris a 14 desse mês e comenta-se: “Quer-nos parecer que o centenario de J.-J. Rousseau encontrará menos adherentes em Paris do que obteve o de Voltaire, porque primeiro que tudo Rousseau foi ‘cidadão’ de Genebra” (98). A 23 de Julho dá-se conta do que foi a comemoração e de novo se regista: “Ainda que menos brilhante que o de Voltaire, o centenário de Jean Jacques Rousseau foi dignamente celebrado, tanto mais que elle lembrava ao mesmo tempo uma data célebre, memoravel na nossa história: a tomada da Bastilha em 14 de Julho” (99). E ao que o texto indica, trata-se de uma notícia escrita por um francês, não existindo sequer por esse motivo uma filtragem e comentários de responsabilidade portuguesa. Na verdade, o que estas duas observações sugerem, uma maior celebração de Voltaire do que de Rousseau, encontra correspondência, por um lado, nos jornais de Lisboa citados, assim como em **O Commercio do Porto**, e, por outro lado, nas múltiplas notícias, embora breves, sobre a estátua a erigir a Voltaire ou sobre o centenário da sua morte e respectiva celebração. Também a imprensa periódica francesa consagra um maior espaço a Voltaire do que a Rousseau pelas razões atrás apontadas. Do rastreio por nós levado a cabo, não encontramos pois nos periódicos consultados uma recepção crítica da obra de J.-J. Rousseau para além, evidentemente, dos textos já abordados.

Último eco da recepção crítica sobre Rousseau e embora não pertencendo à chamada imprensa periódica, o conjunto de textos reunidos no **Diccionario Popular, Historico, Geographico, Mythologico, Biographico, Artistico, Bibliographico, e Litterario**, dirigido por Manuel Pinheiro Chagas, permitem-nos de algum modo tomar conhecimento de um estado da questão rousseauniana em Portugal já em finais de Oitocentos. Com efeito, a própria vocação deste tipo de publicação procura responder a determinados objectivos: informação, síntese e, implicitamente, juízo sobre Rousseau e a sua obra.

A entrada “Rousseau (João Jacques)” é em grande parte ocupada com a biografia do autor, com base no texto das **Confessions**, citado amiúde, obra que contém uma narrativa simples e apaixonada, um conjunto de “paginas magnificas” (100). A indicação das obras do autor surge integrada na sua biografia. No entanto, na parte final do artigo dá-se uma relação das obras que foram publicadas em vida e postumamente. Citam-se também algumas refutações de obras suas, para além de se darem informações sobre a fortuna da obra de Rousseau. Deste modo, refere-se que **Julie ou la Nouvelle Héloïse**, assim como as **Confessions**, foram reimpressas

muitíssimas vezes, tal como *Émile* que foi traduzido em várias línguas "e que é talvez de todas as obras de Rousseau a que foi mais criticada notando-se entre os censores Vernes, Bitaubé, D. Gerdil, Formey (que publicou o *Anti-Émile e o Emilio cristão*), o abbade Alberto, D. Cayot, Serane, Fievée, Moreau de La Sarthe e madame de Genlis" (101). Nada se diz porém sobre a fortuna de Rousseau em Portugal. Neste artigo em que se faz referência ao "modo de pensar tão extravagante" (102) de Rousseau, informa-se o consulente que encontrará breves notícias sobre as obras mais notáveis em artigos especiais do Dicionário, facto que também é revelador da importância do vulto por eles apelidado de "illustre philosopho" (103).

No que respeita à entrada "Confissões de João Jacques Rousseau", "obra notavel do eminente philosopho" (104), o que se destaca é a possibilidade que a obra dá ao leitor de estudar um carácter curioso. Refere-se ainda a presença de páginas verdadeiramente obscenas e de outras encantadoras que imortalizam episódios da vida de Rousseau. Apresenta-se por fim dados relativos às datas de produção do texto e sua publicação.

Quanto ao "Contracto social", interliga-se e caracteriza-se a estrutura da obra e seus conteúdos e refere-se o carácter contraditório da sua recepção, bem como suas influências: "Livro agredido com muita furia, defendido com muito entusiasmo, o *Contracto social* tem como todos os livros de Rousseau grandes sophismos e alguns elementos de verdade, utopias e idéas uteis, e tem sobretudo paixão, e por esse lado exerceu uma influencia profunda na sociedade do seu tempo, contribuindo bastante para a Revolução" (105).

Relativamente a "Emilio", a última das três obras com direito a entrada própria, dá-se a conhecer a data de publicação e curiosamente diz-se que "debaixo de uma forma romantica o grande philosopho genebrez expõe as suas idéas sobre a educação" (106). O destaque vai na verdade para o homem que voluntária ou involuntariamente cultiva o sentimento e que marcou a sociedade de finais do século XVIII e ainda o homem romântico do século XIX.

## ROUSSEAU E A SUA OBRA NO SÉCULO XX

Se a crítica sobre Rousseau e a sua obra não conhece um desenvolvimento particular no oitocentos português, outra será a história da escrita em torno de Jean-Jacques e das ideias por ele produzidas, no nosso século que tantas vezes assiste a um florescimento de estudo críticos, frequentemente sinais das vagas de adesão e recusa que Rousseau conhece.

Uma das grandes vertentes nos estudos rousseauianos incide nos textos de cariz pedagógico de Rousseau. Assim, logo em 1905, encontramos **Os Grandes Educadores**, obra que não se dedica exclusivamente ao nosso

autor mas que lhe consagra toda uma parte ao longo da qual se procura relevar a actualidade das suas propostas, procedendo-se a uma análise das virtudes e dos defeitos que o *Émile* possui. Diz-se de Rousseau: "Torrão bemdito, produz tudo. A dificuldade está em separar o trigo do escalracho. E é o que nós pretendemos fazer. (...) Vejamos pois Rousseau, em pequeninos capítulos, no que elle nos legou de solido e profundo para o arsenal da educação dos espíritos. O *Emilio* foi escrito determinadamente para o futuro" (107).

Para além de uma abordagem crítica caracterizada pelo estudo de qualidades e defeitos, dar conta das ideias educativas de Rousseau passa também por dar a conhecer a sua biografia; ela ilumina e esclarece algumas dessas ideias. Não causa por isso estranheza que no texto se afirme: "Lêr, pois, o *Emilio*, é lêr visionando ao contrario a vida de Rousseau" (108). Notemos, de passagem, a preocupação em informar o leitor que *Émile* não pertence a nenhum género literário em particular, embora tenha lances de novela e seja veículo de uma actividade filosófica.

Curioso é no entanto constatar que no século XX se continue a pôr em relevo a presença acentuada do paradoxo em Rousseau. Na verdade, quando neste estudo se detectam defeitos, verificamos que uma boa parte é constituída por incoerências, por atitudes contraditórias. Aliás, logo na apresentação inicial de Rousseau, assinala-se que "A figura de Rousseau, como pedagogo, hade ser sempre primacial. É impecavel? Não, como nada do que é humano. Mais: o seu pendor extravagante para o paradoxo leva Rousseau, por vezes, á contradição e á ênfase inicial" (109). E o que vai prevalecer em todo este escrito é uma visão de Rousseau e das suas opiniões bastante favorável, muito embora se matize sempre o discurso para marcar as insuficiências: "Mas Rousseau, fraco na atenção de particularidades, fica de pé, na generalidade de principios. A educação moderna deve-lhe deveras muito. Perdoem-se-lhe estes exageros e lacunas". Ou ainda: "Rousseau foi bom e soffreu. Foi talvez, pela extravagancia dos defeitos, um histerico. Mas bemdito histerismo que, no meio de muitas utopias, legou á vida humana um verdadeiro e opulentissimo tesouro" (110). O responsável por este texto acaba por veicular uma imagem modelar de Rousseau pedagogo que deverá funcionar nessa exacta condição de modelo para as gerações modernas.

Numa linha similar de análise de defeitos e virtudes se situa o texto de Agostinho de Campos em *Casa de Pais, Escola de Filhos* de 1916 que dedica ao *Émile* de Rousseau um capítulo, num conjunto de ensaios sobre educação infantil, pela influência que esta obra exerceu em pedagogos como Pestalozzi e Froebel, e pelo facto de ainda no século XX algumas das suas ideias dominarem as práticas de educação e ensino. Apesar de afirmar que o *Émile* é "um dos casos notáveis da história da educação",

o autor não deixa de peremptoriamente opinar que “Este livro está cheio de ideias falsas, de exagerações, de ilogismos, de quimeras; é tão utópico e tão inexequível, como sistema prático de educação, que o próprio autor dizia dele que mais parecia a compilação das *fantasias de um visionário*” (111). Agostinho de Campos chega mesmo a apelidá-lo de “compêndio romântico de educação, escrito por um pai que não soube nem quis educar” (112) — e alude-se ao facto de Rousseau ter deixado os seus filhos na Roda —, revelando, com a adjectivação utilizada, o carácter utópico e devaneador e por isso menos fiável, da obra rousseauiana, bem como uma atitude romântica precursora deste homem do século XVIII.

Ao elaborar um resumo das grandes ideias pedagógicas que maior divulgação conheceram, Agostinho de Campos aproveita o ensejo para mostrar o paradoxo que resulta do confronto entre a vida e a obra de Rousseau e lembre-se, a título de exemplo, o caso dos expostos anteriormente referido. Também quando se sintetiza a proposta de Rousseau relativamente ao lugar da mulher na família e se chama a atenção para o papel tão discreto que ela aí desempenha, se afirma: “(...) é por isso que o sistema educativo de Rousseau, embora cheio de grandes verdades e de admiráveis ensinamentos, quando olhado em pormenor, cai pela base como sistema, pois pretende criar a educação sem haver criado o educador. O educador é a mãe; e o Emílio de Rousseau, como Rousseau em pessoa, nunca teve disso...” (113). De novo se regista então uma feição biografista a acompanhar a crítica sobre Rousseau e a sua obra.

Se porém atentarmos em textos de António Sérgio, publicados em 1920 nos seus **Ensaio**s, apercebemo-nos desde logo da ausência deste tipo de preocupação e atitude para tão só ser levado em linha de conta um conjunto de ideias e princípios preconizados por Rousseau no seu tratado de educação. De facto, ao convocar Rousseau em escritos que não versam sobretudo nem exclusivamente sobre ele, mas visam uma explicitação da articulação de ciências e educação ou ainda a exemplificação de que “Filosofar — é formar com o universo uma sociedade consciente; filosofia, vida social, pedagogia, são três aspectos de uma mesma coisa (...)” (114), António Sérgio realça a actualidade da obra pedagógica rousseauiana, facto que o levará, em 1940, a uma tradução antológica, por ele prefaciada e anotada, em que se apresenta Rousseau como um educador moderno (115).

Em 1931, publica-se uma **História da Pedagogia** que integra, como não podia deixar de ser, um capítulo sobre Rousseau. A definição que inicialmente se dá de Rousseau é bem elucidativa da imagem depreciadora que dele se tem: “(...) é mais um escritor eminente pelo seu verbalismo sedutor do que um grande pedagogo. Foi católico até 1754. Profundamente egoísta e sentimentalista, dotado dum génio, infelizmente desamparado de estudos profundos e de verdadeira elevação moral, avistou algumas



verdades pedagógicas, mas prejudicou-as com utopias e devaneios que desorientaram inteligências bastante robustas” (116). Vemos deste modo que Rousseau continua a ter adeptos e detractores. E é próximo desta última atitude que se situa este texto, tomando o temperamento e relação marginal deste homem com o mundo como bitola na avaliação da sua obra. De Rousseau se diz ainda que ele nada teve de original, terá poetizado, isso sim, ideias de Montaigne; o *Émile* “baseia-se em verdadeiras arbitrariedades sentimentais”, “Numa palavra, *Rousseau* encara a educação mais segundo os caprichos do seu temperamento e do seu orgulho do que dentro duma orientação disciplinada e positiva” (117).

Para além de se resumirem os conteúdos da obra e os métodos indicados pelo seu autor, cataloga-se “O livro pedagógico de Rousseau (...) obra excessivamente romanesca” e conclui-se dizendo: “Rousseau expoz, portanto, algumas verdades gerais que exagerou e até romantizou. No conjunto, a sua obra pedagógica é uma utopia, cheia de contradições. Nos pormenores, deparam-se bastantes pontos de vista, de ordinário pouco originais, mas encarados com justeza, verdade e ainda maior eloquência” (118). Apesar desta observação positiva as informações que se retêm são a da sua influência nociva, a falta de originalidade e a arbitrariedade que marca o seu escrito educativo. Resulta daqui uma crítica dos defeitos e qualidades, passando a abordagem por um critério eminentemente valorativo; a prová-lo, a presença de um questionário para revisão da matéria dada e com intuito memorizador com perguntas do tipo: “Qual o seu verdadeiro valor?”, “Que se lhe deve, entretanto pedagógicamente?” ou ainda “Qual o valor da obra pedagógica de Rousseau?” (119). Notemos por fim a reiteração, em relação a estudos anteriores, do parentesco que *Émile* estabelece com o género romanesco, atenuando também deste modo a sua validade enquanto tratado de educação.

Os estudos sobre as ideias pedagógicas de Rousseau são realmente numerosos entre nós. Em 1968, Ávila de Azevedo debruça-se sobre um aspecto bem específico da fortuna de Rousseau ao estudar **A Influência das Ideias Pedagógicas de Rousseau em Portugal**; está em causa o modo como Almeida Garrett, em **Da Educação**, acolhe o texto francês do século XVIII. O autor deste estudo procura ainda dar conta da presença e pelo menos força produtora que Rousseau terá constituído para o texto garrettiano. Assim, tenta destacar os pontos de encontro mas também as divergências entre o “mestre de educadores” (120) como Garrett lhe chama e o próprio Garrett.

Ávila de Azevedo assinala com pertinência a ausência de traduções de *Émile* em Portugal até meados do nosso século, ao contrário do que sucede no resto da Europa e mesmo no país vizinho. Porém e como o título deixa entrever, Ávila de Azevedo não se limita a falar de Garrett; ele

refere ainda, embora muito brevemente, o interesse de António Sérgio por Rousseau nos escritos a que anteriormente aludimos. Não se trata de facto de uma influência mas de uma reflexão que também envolve Rousseau e a sua obra. Ávila de Azevedo não faz porém qualquer referência aos textos por nós acima tratados e conclui que “só episódicamente as doutrinas de Rousseau interessam os nossos educadores” (121).

Bem mais recente é a obra de Fernando Augusto Machado, **Almeida Garrett e a Introdução do Pensamento Educacional de Rousseau em Portugal**, obra que tem como objectivo mostrar como o ideário pedagógico de Garrett se constitui “o ponto de referência fundamental e decisivo da introdução de Rousseau pedagogo em Portugal” (122). Visando dar conta da presença das ideias educativas de Rousseau em **Da Educação**, Fernando Augusto Machado procura pôr em relevo o que Garrett adopta do autor de **Émile** e o conjunto de propostas próprias a Garrett, gizadas em função da realidade portuguesa. É com esse intuito que numa primeira parte começa por caracterizar o pensamento educacional de Rousseau, passando num segundo momento a etapa equivalente agora sobre o ideário educacional de Garrett. Ora é neste segundo momento que o autor pertinentemente se preocupa com uma contextualidade prévia e contemporânea ao surgimento da proposta garrettiana. Essa contextualização passa, por exemplo, por um estudo da penetração e influência das ideias pedagógicas de Rousseau em terra lusa antes e depois da revolução liberal de 1820. O autor conclui a este propósito que se verificou de facto uma penetração, difusão e influência de Rousseau em Portugal embora bastante limitada e que essa presença se situa em questões de natureza religiosa, política e antropológica. Finalmente, conclui-se que em termos de influência produtora, só com Garrett se assiste a uma acção criadora (123).

Apesar da diversidade de natureza e objectivos de todos estes escritos sobre as ideias educativas que **Émile** encerra, eles manifestam implícita ou explicitamente a importância e/ou a actualidade que o seu pensamento adquire também entre nós, bem como se leva a cabo, em grande parte deles, uma reabilitação do Rousseau pedagogo.

De carácter monográfico é ainda o texto de Ferrand de Almeida que se apresenta como contributo para o estudo do sentimento da natureza no século XVIII. Deste modo, em 1928 o autor publica um estudo no qual se debruça sobre **La Nouvelle Héloïse** do ponto de vista do sentimento da montanha que, no seu entender, constitui para a sociedade do século XVIII uma verdadeira iniciação (124). Ferrand de Almeida procura mostrar, exemplificando com passagens da obra de Rousseau, que “A sua montanha é a das altitudes médias, não a dos pináculos sublimes. Os seus Alpes mal se elevam acima das margens ridentes do Lago de Genebra” (125),

e que a sua obra concorre para o despertar da literatura do grandioso alpestre.

Também Alberto Xavier se vai ocupar da questão mais genérica que é o sentimento da natureza. Em **Os Aspectos do Sentimento da Natureza em Rousseau**, Alberto Xavier confronta a presença da natureza em autores anteriores a Rousseau com o modo como ela surge nos textos rousseauianos e justifica a diferença pelo mediador utilizado, o coração: "Foi J. J. Rousseau que introduziu, em meados do século XVIII, alguma coisa de novo na literatura dos países do continente europeu, e esta alguma coisa é simplesmente o coração. (...) Da reacção de todo o seu ser contra os seus sofrimentos sociais, nasceram em Rousseau dois sentimentos perfeitamente verdadeiros e sãos, sentimentos eternos no homem: o amor da natureza e o amor da liberdade. É destes sentimentos que veio a viver, em grande parte a literatura subsequente" (126). Neste estudo, o autor refere passagens de obras de Rousseau em que se manifesta a novidade que representaram os seus textos na época e posteriormente, assinalando que ela advém de um modo particular do laço estreito entre a psicologia e as coisas. Alberto Xavier, neste estudo escrito após 1947 (127) tem ainda o cuidado de indicar os herdeiros de Rousseau, porém não faz qualquer referência a escritores portugueses.

Mas se os estudos abordados apresentam um carácter acentuadamente monográfico, outros textos há ligados a um discurso de efeméride e que, por esse motivo, tocam diferentes teclas da vida e da obra de J.-J. Rousseau. Assim, em 1906 regista-se a publicação de **Figuras Literárias** de Cândido de Figueiredo, obra que reúne diversos textos sobre vultos das letras, portugueses e estrangeiros, escritos em momentos também diversos. O que terá levado Cândido Figueiredo a registar os 177 anos do nascimento de Rousseau não o sabemos; certo é no entanto que o fez, construindo o seu texto sob o signo do amor. Com efeito, o título sugestivo "Rousseau (Um filósofo amado)" introduz o leitor num texto que insiste no sucesso de Rousseau junto das mulheres do seu tempo.

Muito embora J.-J. Rousseau seja desde logo apelidado de "Filósofo audacíssimo, que escreveu o *Contrato Social*, o evangelho da Revolução" (128), o texto não irá colocar a tónica no pensamento revolucionário ou reformador de Rousseau, ele vai outrossim traçar a sua biografia, com pinceladas muito rápidas e breves, sobre as suas ideias e obras pois "Os nossos contemporâneos esqueceram um pouco o grande precursor dos homens de 89, e as mulheres de hoje mal conhecerão de nome o escritor, que tão amado foi pelas mulheres do seu tempo" (129). A afirmação que Cândido Figueiredo faz em seguida, "(...) a vida aventureira do autor da *Nova Heloisa*, a vária fortuna e as contrariedades que lhe atravancaram o caminho, ainda se impõem ao espírito moderno, como uma lenda

prestigiosa e simpática" (130), funciona como um indicador do pouco acolhimento ou pelo menos de um difuso acolhimento de Rousseau nessa época — e o texto é escrito em 1889 —, para além de situar o seu próprio texto num registo ligeiro propiciador de uma leitura que instrui mas que quer também distrair.

A reiteração em "Rousseau (Um filósofo amado)" da admiração e afecto que Rousseau conquistou junto das mulheres do século XVIII e a sugestão de que "A história dos amôres de Rousseau daria volumes" (131) é de algum modo seguida por Cristiano Lima em **A Vida Amorosa dos Homens Célebres**, obra que nos apresenta a biografia de J.-J. Rousseau sempre em função da sua vida amorosa. A fonte de informação onde colhe os dados é obviamente o texto das **Confessions**, citado aliás com frequência, não deixando no entanto Cristiano Lima de registar passos que lhe parecem de todo inverosímeis. Nesta narrativa dos amores de Rousseau, a espaços irónica (132), surge de quando em vez um Rousseau hipócrita, falso inocente — como a propósito da sua relação com Mme de Warens —, mas também um Rousseau ingénuo, objecto de compaixão quando se refere a sua vida com Therèse Levasseur, caracterizada e apelidada de megera, num registo por vezes insultuoso (133). Se o texto de Cristiano Lima resulta sobretudo numa narrativa de paixões incompletas, falhadas e ridículas, não deixa por isso de assinalar o contributo de Rousseau para a criação do Romantismo ou a importância literária e a fortuna de **La Nouvelle Héloïse** junto de um público feminino: "Sem os amores tristes de Rousseau, com Sofia, a *Nova Heloisa* não seria possível. Este homem sempre infeliz com mulheres, em regra; que nunca viu uma única tal como ela era, quando escreve esse livro célebre, que revolucionou a nossa literatura, mostra compreender admiravelmente todas as mulheres. E maravilhosamente, todas, desta vez, pela primeira, o compreenderam. Êxito assombroso o da *Nova Heloisa*!" (134).

M<sup>a</sup> Amália Vaz de Carvalho, em **Coisas d'Agora**, lembra num "estudo de ocasião" (135), como ela própria lhe chama, e 'a propósito das comemorações em França, o bicentenário de Rousseau. Visto sob uma luz bastante desfavorável, Rousseau surge como o grande responsável pela Revolução, um vulto que pertence a "esse tempo da-negação e do morticínio" e que se destaca "pelo singular poder que teve sobre os homens da geração revolucionária, o mais sentimental, o mais ignorante, o mais incoherente d'elles todos" (136). Deste modo se sintetiza previamente os conteúdos deste escrito de 1912: a influência política que exerceu nas gerações que o seguiram, o culto do sentimento que o tornou "avô do romantismo" (137), com **La Nouvelle Héloïse**, o **Émile**, as **Confessions** — pois Amália Vaz de Carvalho partilha com Faguet a opinião de que todas as suas obras são romances —, ou, por exemplo, a presença na sua obra e na sua vida do paradoxo.

Recorrendo a críticos franceses que embora não se constituam como detractores de Rousseau, não lhe são contudo favoráveis, como Jules Lemaître ou Émile Faguet, a autora traça a biografia de Rousseau, articulando o binómio vida/obra. Recolhem-se testemunhos de escritores do século XIX que se deixaram tocar pela sensibilidade à flor da pele que Rousseau mostra possuir como Lamartine, Byron ou George Sand, mas salienta-se que não se pode ver hoje Rousseau através de um olhar romântico porque “Ao hypercriticismo dos nossos dias, Rousseau aparece bem diverso!” (138).

Ao falar das suas obras de cariz ideológico, a opinião que neste texto se veicula é a de que Rousseau conseguiu sobretudo encontrar um modo novo, desusado, para transmitir doutrinas já conhecidas e terá sido então essa novidade formal que concorreu para a larga e profunda aceitação das suas ideias: “Não eram novas as suas doutrinas; era novo o modo de as expressar e esse modo era para aquelle tempo uma delicia” (139). Além de se debruçar sobre as influências que J.-J. Rousseau exerceu nas gerações que lhe foram posteriores, notemos ainda o testemunho que Amália Vaz de Carvalho dá, recorrendo à sua vivência, da fortuna em Portugal dos textos de Rousseau em que o amor da natureza e o sentimento são por ele tratados de forma inaudita: “O seu poder sobre as almas foi immenso, incalculavel! Eu ainda encontrei na minha infância e primeira mocidade” — Amália Vaz de Carvalho nasceu em 1847, o seu testemunho coincide portanto com a sensibilidade romântica da segunda geração — “mulheres portuguesas, cujo coração, cuja imaginação Jean Jacques soubera incendiar! Julia e Saint Preux eram os heroes de todos os amantes! Emilio era o ideal de todas as mães. Uma familia, por signal muito conhecida em Lisboa, déra aos seus dois filhos, os dois nomes fatidicos de Sophia e de Emilio. E isto em Portugal! Admirar Rousseau, era um signal de cultura, e tambem de sensibilidade! Ninguem se importava com as extravagancias de que estão sementeados os seus grandes livros. E toda a *mulher sensivel* sabia de cór os trechos mais admirados em que a genial phantasia de Rousseau se expandia” (140). É esta uma valiosa informação quase única no seu género e relativa à experiência de uma marca rousseauniana na sensibilidade romântica do Oitocentos português, embora raramente consciencializada e explicitada.

Texto de efeméride e por essa razão de síntese, tanto mais porque se publica na imprensa periódica, é finalmente “Jean-Jacques Rousseau e a sua obra a 250 anos de distância” de Urbano Tavares Rodrigues. O que à partida o singulariza é o facto de claramente se considerar Rousseau e toda a sua obra como a de um romântico: “Desdobrar Rousseau em pensamento e sensibilidade não passa evidentemente de convenção escolar, cómoda mas grosseira, posto que tanto na sua obra romanesca e confessional como na que concerne à pedagogia e ao direito constitucional ele

é um só, por igual romântico, até na forma como o seu irracionalismo se resolve em doutrina, em procura de afirmativa" (141). É a sensibilidade romântica *avant la lettre* que constitui o fio condutor de todo o artigo que apresenta as diferentes obras de Rousseau agrupadas com base em dois grandes eixos, resultado de uma postura marginal ao Século das Luzes: "o das que denunciam os males da civilização, o das que aconselham a reaproximação da natureza" (142). Assim, no primeiro caso integram-se os textos de cariz mais doutrinário e ensaístico e, no segundo, obras em que se valoriza a natureza e a vida natural, em que se descobre a paisagem, com carácter individual, onde a importância do eu é fundamental e até obras em que se investe em processos oratórios que serão apanágio de autores posteriores. Urbano Tavares Rodrigues procura deste modo pôr em relevo a validade de Rousseau enquanto renovador da sensibilidade e situa-o definitivamente, na charneira do Romantismo. A importância deste artigo, no conjunto de tantos outros que encontramos no nosso século, reside, sem sombra de dúvida, na chamada de atenção para o Rousseau escritor, criador de obras literárias, mais do que para o Rousseau filósofo, objecto de estudo quase sempre privilegiado.

A abordagem destes conjuntos de textos que na sua grande maioria se situam na primeira metade do nosso século, não contempla todavia o caso Mariotte. É de facto de um caso que se trata o grupo de opúsculos **Os Meus Cadernos**, na medida em que ao longo destes escritos Mariotte, de seu nome Amadeu Cerqueira de Vasconcelos, leva a cabo uma verdadeira cruzada contra Rousseau, numa época em que se ateia um nacionalismo monárquico de que Mariotte é acérrimo defensor. Amadeu de Vasconcelos que residiu largos anos em Paris, sofre a influência dos ventos nacionalistas que tanto lá como cá se fizeram sentir e que foram favoráveis à emergência de um discurso anti-Rousseau. Não é então por acaso que os textos invocados e usados como caucionadores do seu parecer condenatório sejam grandemente de proveniência francesa e Pierre Lasserre e Charles Maurras se constituam, por exemplo, referência modelar na escrita de Amadeu de Vasconcelos (143). Aliás Maurras é desde logo convocado em epígrafe, no primeiro dos seus cadernos que data de Agosto de 1913.

Constatando que "Numa sociedade onde tudo vive e pensa subordinado à sociedade do charlatanismo, ao governo da Anarchia, á crítica da Insania e á orientação do Absurdo, eu, que amo a Sciencia creadora; o Governo da ordem, a Critica judiciosa e a Orientação intellectual, só posso encontrar antagonismos e incompatibilidades." (144), Mariotte assume para si a tarefa de preservar a sanidade mental do país, procurando pôr a nú todos os males que se vivem, apontando simultaneamente os seus responsáveis e mostrando aos seus contemporâneos os caminhos do futuro. Fazendo radicar em Rousseau todo o processo de decadência política e moral que se experimenta,

pois Rousseau é “o pae de toda a barbarie mental dos tempos modernos” (145), Amadeu de Vasconcelos torna-se o grande detractor de Jean-Jacques Rousseau no século XX português, à semelhança do grande detractor de Oitocentos, José Agostinho de Macedo, pela virulência do estilo que chega a roçar o insulto (146). Assim, o discurso em torno de Rousseau percorre grande parte de **Os Meus Cadernos**, redundando em processos necessariamente parafrásticos que não só denotam a presença de uma convicção arreigada de recusa, como também visam um efeito de convencimento do leitor e mesmo um efeito mnemónico.

“Do fundo do seu supposto homem primitivo, Rousseau tira todo um novo systema de sentir, pensar e agir, fazendo tabua raza de todo um pensamento anterior da humanidade. É o Romantismo, esta revolução geral da alma humana; e não esta escola ou moda litteraria nascida em 1830, como ainda o julgam tantos descerebrados alimentados num pascigo anarchico, é o Romantismo saído em blóco, como a Minerva antiga da cabeça de Jupiter, do sentimento dissoluto o andrógyno de Genebra.” (147); esta premissa enunciada no primeiro dos seus opúsculos e a certeza de que “o mal romantico é o grande mal da Patria” (148) alimentarão toda a reflexão que desenvolverá ao longo dos seus textos. E é importante salientar que a recusa se faz de facto porque não se toma o Romantismo como mero fenómeno estético.

Amadeu de Vasconcelos, defensor de uma atitude e disciplina clássicas erradicadas por Rousseau, pois “Rousseau porá toda a potencia da sua morbida sensibilidade, toda a prodigiosa fascinação da sua imaginação desvairada ao serviço d’uma obra de ruina, a morte das disciplinas do classicismo” (149), passa em revista as mais importantes obras de Jean-Jacques. De **La Nouvelle Héloïse** diz ser a aliança do romance ingenuamente romanesco ao romance dissoluto, sob uma aparência de virtude, e dando início à dissolução dos românticos; quanto ao **Émile** apoda-o de “tratado pratico de ineducação de monstros, arrancado do pae do amor desordenado da natureza” (150). “As *Confissões*, grande obra de miseria que revolta tanto por uma insupportavel autolatria, como fascina pela elevação da fórmula, são o proprio coração de Rousseau pôsto a nú, o coração d’um impudente vagabundo. Neste livro, simultaneamente odiento e fascinador, bello e miseravel, está todo o Romantismo, pois que é toda a alma duma personagem — a do proprio Rousseau — devassada aos olhos dos indiscretos no que ella tem de mais abscondito e de mais repugnante” (151). E, finalmente, **Du Contrat Social**, trata-se de uma “monstruosidade imaginativa feita d’incoherencia e d’obscuridade” (152), que permitiu a elaboração da, na sua opinião, irracional *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*. Para Mariotte todas estas obras são manifestações do espírito romântico que ele tanto combate.

De entre todos os opúsculos em que se refere Rousseau, há no entanto dois que se destacam de um modo particular, os cadernos nºs 12 e 13, sugestivamente intitulados "O monstro" e "Os grandes envenenadores". Em "O monstro", Mariotte traça o percurso biográfico de Jean-Jacques Rousseau sublinhando tudo o que de negativo existe na sua vida e fá-lo frequentemente num registo bastante injurioso. Para além do já referido "monstro", Rousseau é ainda no dizer do autor de **Os Meus Cadernos** um "desequilibrado, minado pelas mais profundas taras fisiológicas", "paranoico", "nefando andrógino de Genebra" ou o "Semi-homem, espécie de fauno atascado na lama natal" (153), epítetos e classificações que pretendem claramente fazer chegar ao leitor uma imagem degradante e repulsiva de um dos escritores mais importantes do século XVIII.

Neste caderno, Rousseau é apresentado como o responsável por toda a anarquia revolucionária que sobreveio à sua morte e pela implantação e implementação da vaga romântica, dois males que à época do autor do opúsculo ainda se faziam sentir e que urgia destruir. Na verdade e em seu entender, "Rousseau é a síntese de todos os anteriores anarquistas do espírito de disciplina e a fonte de tôdas as correntes dissolventes da anarquia:" (154) e o **Contrat Social** "é a carta magna de tôda a dissolução social que sôbre nós hoje pesa" (155), insurgindo-se Mariotte contra as remanescências do liberalismo no seu tempo. Relativamente à questão romântica, Mariotte retoma as ideias expostas em opúsculo anterior e por nós referidas, debruçando-se um pouco mais sobre a valia artística de Rousseau no que às **Confessions** diz respeito. De facto, Amadeu de Vasconcelos reconhece o Rousseau artista, recusando veementemente o Rousseau ideólogo, que chega a apelidar de "pseudo-filósofo" (156). Outro aspecto curioso a registar é o facto de Voltaire surgir convocado já que a sua vida se cruza com a de Rousseau, saindo do confronto uma imagem bem mais positiva de François-Marie Arouet.

Este mesmo caderno será novamente publicado em pleno Estado Novo por uma editora de tendência nacionalista e cristã, arvorando-se novamente, e com uma necessidade justificada, como meio de levar a cabo uma tarefa salvífica. Estamos em 1945 e este texto de Amadeu de Vasconcelos, o "escritor nacionalista e grande evangelizador de ideias salvadoras" (157), funciona ainda como meio de propaganda de ideais disciplinadores e como libelo de denúncia dos inimigos da ordem e da religião. O motivo próximo que leva à publicação consiste no aparecimento na rubrica "Folhetim dominical" de **O Comércio do Porto** de um texto de Júlio Dantas, intitulado "Rousseau e as mulheres" (158). Ora neste folhetim, mistura de crónica de viagem e narrativa de *fait divers*, Júlio Dantas dá conta de uma ida a Genève onde visitou os lugares por onde Rousseau passou, e narra o facto de ter presenciado a leitura de **La Nouvelle Héloïse**



que duas mulheres faziam face à estátua do escritor. Esta sua experiência torna-se ponto de partida para as ilações que produz, na sua maioria em torno da relação Rousseau e as mulheres. Por esse motivo afirma que “as mulheres se sentiam atraídas pelo que houve de feminino e, ao mesmo tempo, de profundo e de vasto no génio de Jean-Jacques” ou ainda “Foi sempre sob a influência das mulheres que êle viveu; foram as mulheres que educaram a sua sensibilidade, que procuraram vencer a sua incorrigível temidez, que criaram as condições em que se desenvolveu a sua intensa vida interior” (159).

Embora a tónica no escrito de Júlio Dantas esteja colocada nesta questão e o seu estilo se caracterize sobretudo pela exploração da curiosidade, surgem no entanto aqui e além afirmações genéricas e estereotipadas que apontam para a sua responsabilidade na criação do liberalismo individualista e pela eclosão da revolução francesa. Porém, o que vai levar Amadeu de Vasconcelos a insurgir-se contra este texto e o seu autor é o facto de Dantas manifestar a sua convicção de que “O mal, ou o bem, que as obras de Rousseau poderiam ter feito no mundo, já há muito tempo o fizeram. O velho mestre é hoje, sobretudo, um padrão, uma data — data gloriosa — na história universal. E, mesmo que o génio de Rousseau permanecesse, na sua projecção política e social, vivo e activo, ninguém deve ter medo das ideias dos outros, mormente quando está persuadido de que as suas são excelentes” (160). Para Júlio Dantas, as ideias de Rousseau envelheceram e nesse momento Rousseau interessa sobretudo às mulheres.

Contudo, tal não é a opinião dos editores que decidem republicar o caderno nº 12 de Mariotte, “publicação célebre que marcou, como grande acontecimento literário, no pensamento nacionalista de Portugal” (161). Mas o polemista Amadeu de Vasconcelos vai muito mais longe no texto de apresentação do escrito saído em 1914. O tom que utiliza, o modo como apostrofa Júlio Dantas conferem ao texto “Rousseau e as mulheres” uma importância que ele de facto não pretendeu ter e uma gravidade dificilmente imputável. Nessa espécie de prefácio, significativamente intitulado “Malfeitoria literária”, Mariotte argumenta de modo insultuoso que “o Sr. Júlio Dantas nasceu filho do andrógino de Genebra, o paranoico batedor de estradas, Rousseau, viveu tôda a sua vida prêso à admiração idólatra do Monstro por excelência, o maior monstro que em tôda a humanidade se levantou a empunhar uma pena, e há-de morrer de olhos esgazeados e voluptuosos presos aos seus gestos artísticos, puros arremedos das atitudes de sensualismo literário de Rousseau” (162). E mais adiante afirma ainda que “Pelo pouco que se tenha lido do Sr. Júlio Dantas, conhecem-se-lhe o temperamento, a índole, as inclinações lascivas, as prisões à anarquia sensual e sentimental que de Rousseau brotou em torrentes caldeantes pelo mundo

além" (163). Para o polemista, Júlio Dantas é indiscutivelmente um filho espiritual de Jean-Jacques Rousseau, vulto setecentista que "fêz muito mal e continua a fazer mal imenso, porque cada geração que desponta é educada pelos guias que lhe fornecem. E a tentativa de diabólica anarquia intelectual que, neste momento em Portugal se está fazendo, é dar à mocidade portuguesa Rousseau por mestre e guia, com o aplauso escandaloso do Sr. Júlio Dantas, presidente da Academia do nosso Portugal novo, estruturalmente anti-rousista" (164).

Porém, e como atrás referíamos, dos opúsculos de Amadeu de Vasconcelos não é apenas fundamental o caderno nº 12, mas também o nº 13. Desde logo, e é importante salientar o pormenor, este texto integra-se num projecto explicitado no título geral "Uma campanha de Acção Nacional. Destruição d'uma utopia". Publicado em 1914, "Os grandes envenenadores" funciona verdadeiramente como um manifesto anti-romântico ao reunir agora num mesmo espaço de escrita reflexões e argumentos acentuadamente condenatórios do romantismo, ao traçar a sua genealogia, indicando os seus cultores — em particular Chateaubriand (165) —, ao exortar os monárquicos a que sejam anti-românticos.

Ao falar dos inimigos dos monárquicos, os românticos, diz ser Rousseau "o doido seu mestre" (166) e afirma que "O romantismo é a barbaria porque é a destruição do espírito clássico, a morte das ideias claras, a abolição da cultura tradicional, o aniquilamento da disciplina do espírito, a romagem festiva do ser mental para a morte do pensamento", é uma "endemia social" (167). Os envenenadores românticos são Chateaubriand, Senancour, Lamartine, M.me de Stäel, George Sand, Musset, Victor Hugo, ou, em Portugal, Guerra Junqueiro.

Não se encontrando neste caderno qualquer novidade mas uma paráfrase e uma súpula, apesar de tudo extensa, das suas convicções anti-rousseauianas e anti-românticas, Mariotte traça um quadro apocalíptico da humanidade, vítima da vaga romântica e exorta veementemente os monárquicos: "Sejamos anti-românticos porque somos apaixonados da ordem, da regra e da disciplina (...). Sejamos anti-românticos porque a analyse critica da razão nos mostra, com uma clareza insophismavel, a nossa Patria soffrendo, ha perto dum seculo, dum unico mal — o obscurecimento e a subversão da Intelligencia sob a montureira do romantismo (168)".

Não será certamente fortuito o aparecimento em 1947 de uma obra de Vieira de Almeida, **Paradoxos Sociológicos**, na qual se analisa o discurso político de Rousseau contido em **Du Contrat Social**, para além de nela encontrarmos também dois capítulos dedicados a Auguste Comte e Karl Marx. Na verdade, logo em nota prévia, o autor tem o cuidado de advertir o leitor para o facto de que "Melhor ou pior, a obra é de análise, não de apologia, combate ou prédica" (169). E como a dar continuidade a

esta preocupação, todo o discurso crítico assenta num exercício de lógica, em que o autor obriga o leitor a seguir a par e passo o desenvolvimento do seu raciocínio que se pretende lúcido e objectivo. No que a Rousseau diz respeito — e é só esta questão a que aqui nos interessa —, o estudo manifesta claramente a necessidade e o propósito de uma atitude neutral e rigorosa, contrariando a tão frequente postura de ser pró ou contra Rousseau; e revela também pelas razões aduzidas a remanescência de um sentimento anti-Rousseau que à época existiria e que leva Vieira de Almeida a tomar tantas cautelas.

O autor propõe-se repor a verdade, embora não seja sua intenção fazer uma defesa e, por esse motivo, encontramos amiúde observações como esta: "Até em pontos de pormenor alguns inimigos de Rousseau poderiam, com o elementar cuidado de lê-lo, evitar, por um lado, repetir julgando-se inventores, coisas que ele diz de passagem, como verdades correntes; por outro, cair em erros grosseiros quanto à sua doutrina (170)". Tendo o cuidado de exemplificar as suas afirmações, Vieira de Almeida refere ainda a descontextualização que por vezes as frases de Rousseau sofrem ou a imputação de opiniões, conceitos ou teorias ao autor do **Contrat Social** que não as defende nem emite: "Pensar que os homens no 'estado natural' que, segundo Rousseau, nem Adão pôde conhecer, se reuniram um dia para fazer o contrato social, é dar da concepção uma ideia rudemente caricata que Rousseau nunca sonhou que alguém pudesse sonhar" (171).

Deste modo, o que Vieira de Almeida acaba por fazer é o rastreio dos erros e contradições em que caem os adversários de Rousseau, simultaneamente mostrando e defendendo o carácter genérico e abstracto de **Du Contrat Social**, realidade que nem todos percebem (172). E referir-se-á o autor aos nacionalistas quando diz "e não será talvez pequena surpresa para quem detesta Rousseau por encomenda e procuração, saber que ele é o adversário da representação por deputados; e o que é mais, as razões suas parecem-se um pouco com as razões alegadas por outros modernos anti-parlamentaristas" (173)?

Opinando e concluindo no final do seu estudo que "O paradoxo de Rousseau não está na doutrina da génese, que não é da génese real mas da interpretação da estrutura social; está, ou pode estar onde com ele o compartilham os seus adversários: na confusão da ideologia com o sistema de meios propostos para fazê-la vingar. A história é apenas hipotética em Rousseau; é absurdo por isso pretender refutá-lo por um conhecimento da origem real, que ninguém possui, e portanto não passa de conjectura, de ordinário menos interessante — e muito menos bem escrita do que a sua" (174), o capítulo sobre Rousseau de **Paradoxos Sociológicos** acaba por se constituir um grande ponto de viragem na escrita sobre o cidadão de Genève e a sua obra aliás já iniciado com António Sérgio, ao tentar repor a verdade dos factos.

O ano de 1988 vê surgir dois estudos de índole distinta, ambos resultado de investigações que se enquadram num âmbito universitário: **De Rousseau ao Imaginário da Revolução de 1820** de Ana Maria Ferreira Pina e **Para uma Estilística da Carta. La Nouvelle Héloïse** de Maria Teresa Alves de Sousa Almeida (175).

“Estudar Rousseau nas Cortes de 1820, detectar a sua presença e o seu impacto nos discursos dos que, nas eleições de Dezembro de 1820, são escolhidos para elaborar a Constituição da Nação Portuguesa, começou por ser o *leitmotiv*” (176) do primeiro estudo referido que se enquadra no domínio da história cultural. O trabalho de Ana Maria Ferreira Pina torna-se fundamental para um conhecimento da presença deste autor em Portugal, particularmente no período de eclosão e tentativa de implantação do liberalismo, na medida em que ao prosseguir a sua investigação a autora constata que a possível influência exercida por Rousseau no pensamento liberal português não encontra um contraponto em termos de explicitação textual, como por exemplo na oratória liberal. Querendo situar a sua investigação “no plano das leituras, das imagens criadas sobre Rousseau, subjacente ao qual estava a ideia de uma recepção activa das palavras do filósofo, de uma postura criativa das Cortes face a Rousseau”, Ana Maria Ferreira Pina verifica que “as referências a Rousseau escasseiam, não possuindo, além do mais, conteúdo significativo” (177).

Assim, Ana Maria Ferreira Pina começa por tratar questões de natureza metodológica apresentando diferentes perspectivas históricas relativas à Revolução Francesa e reflectindo ainda sobre os conceitos de influência e inovação, para só em seguida passar ao tratamento da questão das imagens de Rousseau em França e em Portugal, confrontando a sua presença na acção e discurso políticos de ambos os países. A autora observa a este propósito que os deputados vintistas se mostram alheados da polémica que Rousseau gera em França, muito embora “A figura do filósofo [suscite], sem dúvida, algum interesse da parte do público português — provam-no traduções da sua obra, nomeadamente a tradução do **Contrato Social** feita pelos redactores do **Compilador**, em 1821 — mas não o suficiente para que as suas teorias tenham impacto no trabalho das Cortes” (178).

Neste estudo, chama-se a nossa atenção para o facto de as menções a Rousseau estarem sobretudo ligadas a “uma estratégia dos deputados para dar mais firmeza teórica às suas posições (...). (...) citar Rousseau não significa propriamente conhecimento e aderência ao seu ideário, o seu nome pode surgir nas circunstâncias mais inesperadas” (179). Finalmente, a investigadora reflecte e caracteriza a revolução liberal portuguesa, tendo no entanto como certo que “Rousseau está presente a cada momento em que a utopia de uma sociedade purificada de todos os males e vícios, aflora

à boca dos deputados vintistas, ainda que eles não se dêem conta de que estão a recriar os sonhos sociais, projectos de uma sociedade perfeita, que tiveram em Rousseau um dos cultores máximos” (180).

É de resto também um Rousseau em filigrana, uma ausência presente que a todo o momento nos surge diante dos olhos e nos questiona, quando queremos circunscrever a sua presença no Romantismo português. As referências textuais explícitas encontram-se pulverizadas, porém tal facto não significa ausência de um processo actuante entre nós da obra do cidadão de Genève.

O trabalho de Maria Teresa Alves de Sousa Almeida é ainda um estudo de natureza monográfica. Trata-se de uma dissertação de doutoramento que se estrutura, numa primeira parte em torno do estatuto da carta nos séculos XVII e XVIII, mostrando-se a sua evolução e permanência, reflectindo sobre o conceito de estilo e de estilo epistolar, dando conta das observações dos tratadistas e de um imaginário epistolar ou do carácter híbrido da carta, entre outros aspectos. Num segundo momento, estuda-se história e teoricamente o romance epistolar, definindo-se e delimitando-o em relação a outros géneros. A última parte do estudo é dedicada a “Os gestos epistolares de Jean-Jacques Rousseau. Da ficção da vida à vida da ficção” (181), tomando como obra de base **Julie ou la Nouvelle Héloïse**.

Partilhando da opinião de Paul de Man de que **La Nouvelle Héloïse** é uma obra sobre a leitura, M<sup>a</sup> Teresa Almeida demora-se na análise do “trabalho de Rousseau — o trabalho do epistolar, o trabalho sobre o epistolar” (182), procurando mostrar toda a modernidade da obra de Rousseau. Na verdade, o que importa à investigadora não é o tão reconhecido e divulgado pré-romântico ou precursor do Romantismo, mas o homem moderno que se revela em **La Nouvelle Héloïse** pela “tortura da destinação” (183) que o processo da escrita da carta implica. É pois essa a questão que a sua conclusão põe em relevo: “Não encontrámos em Rousseau nada de novo que não tenha já sido trazido pelo chamado Modernismo ou Pós-Modernismo. Sabemos como esta afirmação é provocatória e historicamente falsa. Mas a cegueira da crítica, a cegueira das lágrimas, do sentimentalismo *démodé* não permitiu ver o Rousseau das perplexidades do homem moderno, o que detestava o Livro, o que protestava contra a Literatura, e exibia o texto e a escrita, como os únicos lugares por onde se podia perder. (...) Vimos naquele que fez dialogar Jean-Jacques e Rousseau, o homem moderno, a própria Modernidade abafada pela crítica” (184).

Apesar de não termos pretensões de exaustividade, não podemos deixar de salientar que, para além dos dois trabalhos referidos e que se debruçam um sobre o ideólogo o outro sobre o escritor, vários são os estudos menos extensos, mas ainda de carácter monográfico, que se encontram disseminados por revistas ou actas de colóquios, tomando por objecto de

análise aspectos parcelares da obra de Rousseau, seja no campo da filosofia ou do seu pensamento político (185).

A impedir o domínio absoluto, na segunda metade do nosso século, de estudos de natureza monográfica e/ou de abordagem crítica que opta agora por uma focalização da obra, encontramos o texto de Cruz Malpique, certamente de 1954 (186). Em **Rousseau-poço de contradições**, o autor antes de se debruçar sobre a questão do paradoxo que justifica o título, traça o perfil do escritor, procede à síntese das suas ideias e regista a influência política, pedagógica e literária que Jean-Jacques Rousseau exerceu. Para Cruz Malpique "Rousseau é um dobrar de esquina na história política e na história literária da França. Na sua obra política se inspirou a Revolução, e na sua maneira de sentir a natureza se inspirou uma nova literatura" (187). Refere Rousseau como o pai do romantismo e debruça-se ainda sobre o seu estilo de escrita, justificado integralmente pela sua sensibilidade ardente. Por fim, Cruz Malpique trata a presença da contradição em Rousseau, traçando-lhe o perfil psicológico. Ao longo deste trabalho o autor recorre com frequência a autores franceses e portugueses que emitiram opiniões ou tomaram posição favorável ou desfavorável a Rousseau, permitindo ao leitor um confronto de realidades críticas situadas geográfica e cronologicamente de um modo distinto.

Também **Jean-Jacques Rousseau, o Homem, o Político, o Educador e o Romântico**, de Monteiro da Fonseca, contraria, por ordens de razão diferente, a tendência de estudos referida. O efeito dissonante deste escrito que vem à luz em 1978, resulta desde logo do facto de se tratar da publicação de uma tese de licenciatura elaborada em 1924. Com efeito, trata-se de um trabalho bastante marcado em termos temporais. Pretendendo-se dar uma visão global da vida e da obra de Rousseau, a abordagem da obra faz-se em função da vida, procedendo-se a um julgamento de ambos os factores com base em critérios essencialmente morais, muito embora se produzam juízos estéticos como no capítulo em que se debruça sobre a "Influência de Rousseau na Literatura dos Românticos" (188). Asserções do tipo só conhecendo o homem "nos podemos precaver contra as tendências da sua moral viciosa. Arguto nas suas provas, convincente pela lógica dos ataques, a falsa doutrina deste apóstolo, devia produzir bem cedo os frutos venenosos da sociedade, e arrastar a França para os terrores da revolução" (189), ou ainda "Como esperar a defesa de preceitos verdadeiros, se toda a vida do autor nos revela uma negação completa pelo culto da moral e pela política da virtude? Do mal, só mal pode nascer." (190), marcam de um modo bem claro o caminho crítico que se segue em todo o texto. Aliás em "Nota final", espécie de posfácio escrito já em 1978, o seu autor, embora de forma mais matizada, não recusa as opções tomadas em 1924 pois afirma: "Eu próprio, autor deste modesto estudo sobre J. Jackes [sic]

Rousseau, e que hoje, como ontem, o contesto, e continuo a vê-lo, com seus erros e defeitos, um fantasiador de ideias e artísticos recursos de linguagem vernácula e literária, poderei eu garantir ou afirmar sequer, que algo de influência espiritual em mim não tenha exercido tal leitura, de molde a ocasionar, quem sabe, algum desvio ou fuga espiritual de que eu talvez, nem bem me apercebesse?" (191).

As marcas do tempo na obra de Monteiro da Fonseca, encontram-se ainda nas asserções proferidas a propósito da realidade política russa, quando considera: "Não será demais se nós julgarmos Rousseau como mestre dos avançados de hoje, e se Lenine o excede na prática dos princípios, não deixa contudo de ter com ele afinidades evidentes. Passemos, pois, ao homem educador, abandonando formalmente a visão política do seu espírito, já que não devemos, nem podemos, aceitar as leis que ele nos dita." e diz ser *Émile* um "monstruoso Tratado de Educação" (92). Trata-se na verdade de um estudo produzido numa época em que ainda se experimenta a necessidade de se tomar posição pró ou contra Rousseau, época em que os imperativos de ordem política ou moral invadem com frequência os estudos críticos.

O périplo por nós empreendido pela recepção crítica de Rousseau e da sua obra ao longo de cerca de três séculos, embora sem ilusões de exaustividade, permite-nos registar algumas conclusões que julgamos válidas pela representatividade do *corpus* coligido. Assim, da abordagem dos documentos setecentistas salienta-se o facto de que mais do que o homem estão em causa os escritos de Rousseau e as ideias por eles veiculadas, ideias consideradas subversivas e por esse motivo impedidas de circular e refutadas. Ora, em França, a singularidade comportamental de Rousseau constitui-se um factor condicionador da recepção crítica da sua obra. Registe-se que são sobretudo os textos de cariz ideológico que mais são combatidos.

O século XIX português tão rico em referências francesas, a nível do discurso cultural, revela-se parco no que concerne a um discurso crítico sobre Rousseau, fazendo-se de algum modo eco da provação que este autor setecentista experimenta em França (e lembremos tão somente a negação do mestre por parte de um Chateaubriand ou de um Lamartine). Os textos oitocentistas portugueses consagram um maior espaço ao homem e, significativamente, revela-se a importância do sentimento em Rousseau. Contudo, não se explicita, nem se verbaliza a tarefa de Rousseau enquanto precursor do Romantismo. Outra faceta posta ainda em relevo, e tal como seria de esperar, é a de ideólogo da Revolução Francesa. O percurso crítico parte normalmente da obra, para o homem e a obra.

O nosso século manifesta, em tamanho reduzido, o desenvolvimento dos estudos rousseauianos que se verifica um pouco por todo o lado. Se num primeiro momento a abordagem passa por uma visão crítica biografista — a vida explica a obra —, com o caminhar do século cada vez mais os textos se circunscrevem ao estudo da obra. A escrita panfletária ou a crítica impressionista dão lugar a estudos que se pretendem mais rigorosos, de imperativos científicos. Ao século XX vai interessar um Rousseau com ideias ainda actuais e por esse motivo se procede à recuperação da autenticidade do seu pensamento, relevando-se a sua contemporaneidade e reequacionando-se questões polémicas.

Podemos ainda constatar que, em Portugal, o **Émile** é sem sombra de dúvida a obra sobre a qual mais se reflecte e a que concita mais ódios, mas também defensores. Notemos, finalmente a presença maioritária entre nós do Rousseau ideólogo em detrimento do Rousseau das **Confessions** ou de **La Nouvelle Héloïse**, em suma, do criador de textos literários.

Fátima Outeirinho  
Universidade do Porto



## NOTAS

(1) HERNÁNDEZ, José López — **Breve história de la fortuna literária y de la crítica de J.-J. Rousseau. Siglos XVIII, XIX y XX**, in "Pensamiento. Revista de investigación e información filosófica", Madrid, vol. 41, n.ºs 162 e 164, 1985, pp. 179-200 e 431-452. No início do artigo afirma o autor: "Por lo que respecta al mundo hispanico, la gran influencia ejercida por Rousseau en el pensamiento liberal español y en los movimientos de emancipación de las colonias americanas no ha tenido su equivalente en la tarea de recepción crítica de su obra". Neste estudo, López Hernández apresenta-nos uma bibliografia comentada da actividade crítica sobre o autor e a sua obra, surgida um pouco por todo o lado e seguindo um percurso diacrónico. Lamentamos que não se tenha debruçado, de um modo mais profundo, sobre a produção em língua castelhana e, particularmente, sobre a produção editada em Espanha — o autor limita-se na verdade a uma indicação sumária de algumas obras —, pois tal facto impede-nos de traçar eventuais paralelismos ou divergências, no que diz respeito à recepção de Rousseau nos países ibéricos.

(2) Sobre este assunto ver RAMOS, Luís de Oliveira — **A Inquisição Pombalina**, sep. da revista "Brotéria", Lisboa, vol. 115, n.ºs 2-3-4, Ag.-Set.-Out., 1982.

(3) Documento transcrito por MARQUES, M<sup>a</sup> Adelaide Salvador — **A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional. Aspectos da Geografia Cultural Portuguesa no Século XVIII**, Coimbra, sep. do "Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra", vol. XXVI, 1963.

(4) **Edital da Real Meza Censoria**, 24 de Setembro de 1770, in Real Mesa Censória, pasta 1, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

(5) Sobre este assunto ver RODRIGUES, Graça Almeida — **Breve História da Censura Literária em Portugal**, ICALP Biblioteca Breve, vol. 54, série Literatura, 1980, pp. 37-38.

(6) **Edital da Real Meza Censoria**, *op. cit.*, p. 4.

(7) Transcrito em MARQUES, M<sup>a</sup> Adelaide Salvador — *op. cit.*, pp. 188-189. As **Confessions** só começaram a ser publicadas em 1782.

(8) **Sentença da Real Meza Censoria contra a Pastoral manuscripta e datada de 8 de Novembro proximo passado, que o Bispo de Coimbra D. Miguel da Annuniação espalhou clandestinamente pelos Parocos da sua Diocese**, datada de 23 de Dezembro de 1768, in Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, maço 159, doc. 2, p. 7, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

(9) **Edital da Real Meza Censoria**, *op. cit.*, p. 2.

(10) **Sentença da Real Meza Censoria contra a Pastoral...**, *op. cit.*, pp. 9-10.

(11) Doc. 25, 12 de Agosto, 1782, pasta 12, in Real Mesa Censória, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

É curioso notar que não há correspondência de procedimentos entre a entidade censora portuguesa e a espanhola. Lucienne Domergue, em **Lectores de Rousseau en los ultimos tiempos de la Inquisición española (1750-1808)** in "Tres calas en la censura dieciochesca. Cadalso, Rousseau, prensa periodica", Toulouse, France-Ibérie Recherche, 1981, p. 45, refere que por edital de 1764 o Santo Officio espanhol condena Rousseau *in totum* e cita: "Sospechando que algunas obras del

mismo autor se han introduzido ya o se han de introducir tal vez más tarde, las declaramos todas ahora mismo prohibidas como de autor herético".

(12) **Juizo sobre os Autores ímpios e obscenos que devem ser condenados ou pelo Index ou pelo Edital desta Real Mesa precedido de algumas reflexões sobre a condenação e queima dos Livros**, in Real Mesa Censória, doc. 23, s.d., pasta 3, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Neste documento são ainda apreciadas obras de Bayle, Marquis d'Argens, Helvécio, Voltaire, Fréret, Diderot, entre outras.

(13) *Idem.*

(14) *Idem.* Veja-se carta de 30 de Agosto de 1755, escrita por Voltaire a Rousseau, após este lhe ter feito chegar às mãos um exemplar do seu segundo **Discours**.

(15) *Idem.*

(16) *Idem.*

(17) Estes documentos dão testemunho involuntário da circulação em Portugal de obras estrangeiras que se apresentam como refutações de obras ou das ideias de Voltaire, Rousseau, Pope, etc. e que funcionavam como *vade mecum* para a autoridade censora portuguesa. Sobre este assunto consulte-se ANDRADE, António Alberto de — **Vernei e a Cultura do seu Tempo**, Coimbra, por Ordem da Universidade, 1966, pp. 401-403.

(18) Documento 95 da Real Mesa Censória, 1768, Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Frei Manuel do Cenáculo deixou ainda um parecer condenatório das obras de Voltaire e Rousseau, por ataques à Revelação cristã, em Pastoral de 1 de Janeiro de 1770, documento referido em ANDRADE, António Alberto de — *op. cit.*, p. 401.

(19) Documento 113, maço V, in Real Mesa Censória, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

(20) Documento 33, pasta 12, 7 de Nov., 1782, in Real Mesa Censória, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

(21) **Prefacio do tradutor**, in "O Deísmo refutado por si mesmo ou exame dos principios de incredulidade, espalhados nas diferentes obras de João Jacques Rousseau em fórma de cartas", Lisboa, na Regia Officina Typographica, 1787, pp. I-LXXVI.

(22) A tradução castelhana surge cerca de dez anos antes da portuguesa, em 1877, como se refere em LAFARGA, Francisco — **Voltaire en Espagne (1734-1835)**, Oxford, The Voltaire Foundation at The Taylor Institution, 1989, p. 55. Contrariamente à versão castelhana que é da responsabilidade de um homem do clero, o franciscano Nicolás de Aquino, o tradutor português, Francisco Coelho da Silva, terá exercido vários lugares na magistratura e terá sido Juiz de fóra em Mértola, no ano de 1786, segundo nos diz Inocêncio Francisco da Silva no seu **Dicionário Bibliográfico Português**, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLIX, p. 365. Este autor informa-nos que Francisco Coelho da Silva terá traduzido **Certeza das provas do Cristianismo ou Refutação do "Exame critico dos apologistas da fé cristã"**, também de Bergier.

(23) **Exame de livros para entrada no Reino vindos de França**, in Real Mesa Censória, Caixa 139, Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Esta obra de Bergier tinha sido encomendada pelo livreiro Paulo Martins & Filhos.

(24) **Prefacio do tradutor**, in *op. cit.*, pp. I-II. O objectivo que norteou a execução da tarefa de tradução encontra-se também explicitado na dedicatória ao Bispo do Funchal D. José da Costa Torres que terá incentivado o autor na prossecução deste projecto: "(...) instruir o mundo Portuguez, e de lhe fazer entender, pelo modo mais claro, e perceptivel, as capciosas, e funestas doutrinas da nova Filosofia, que ainda entre nós tem pervertido alguma gente."

(25) *Idem*, pp. V-VI.

(26) *Idem*, pp. XVIII e XIX.

(27) **OUTEIRINHO, Fátima — O Século de Voltaire e de Rousseau: reflexões em torno da recepção de François-Marie Arouet e de Jean-Jacques Rousseau**, in "Intercâmbio", nº 4, Porto, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1993, pp. 157-165. Seria curioso confrontar a existência de um mesmo tipo de processo de recepção em Espanha. Com efeito, Lucienne Domergue, em obra acima referida, afirma que "La gente llegó a considerar a Voltaire y Rousseau como una pareja, una deidade bifronte, maléfica desde luego, y en los procesos inquisitoriales los testigos suelen citarles juntos como incarnación del Mal, anverso y reverso del Mal" (p. 44).

(28) **Prefacio do tradutor**, in *op. cit.*, p. XIX.

(29) **STOCKLER, Francisco Garção — Elogio historico de João le Rond d'Alembert**, in "Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa", Lisboa, Typ. da Academia, 1797.

(30) **ROUSSEAU, J.-J. — Lettre à M. d'Alembert sur les Spectales**, Lille-Genève, Librairie Glaud-Librairie Droz, 1948, p. 76.

(31) **STOCKLER, Francisco Garção — op. cit.**, p. 564.

(32) *Idem*, *ibidem*.

(33) Situação similar ocorre em Espanha. Ver sobre este assunto **DOMERGUE, Lucienne — op. cit.**, p. 53.

(34) Consulte-se sobre esta questão **RAMOS, Luís A. de Oliveira — A Irreligião Filosófica na Província vista do Santo Ofício pelos fins do século XVIII (Tentativa de exemplificação)**, Porto, sep. da "Revista da Faculdade de Letras", II série, vol. v, 1988. Este estudo contém, por exemplo, referências a leitores de Rousseau e de Voltaire entre militares aquartelados em Valença.

(35) Consultar **RAMOS, Luís A. de Oliveira — Da Aquisição de Livros Proibidos nos fins do Século XVIII (Casos Portugueses)**, Porto, Sep. da "Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto", série História, vol. IV, 1974.

(36) **RAMOS, Luís A. de Oliveira — Franceses em Portugal nos fins do Século XVIII (Subsídios para um estudo)**, Porto, Sep. da "Studium Generale. Boletim do Centro de Estudos Humanísticos", vol. XI, 1968, p. 14. Ver também sobre este assunto **CHAVES, Castelo Branco — A Emigração Francesa em Portugal durante a Revolução**, Lisboa, ICALP, Biblioteca Breve, Série História, 1984.

(37) **VILLA-LOBOS, João Rosado de — O Perfeito Pedagogo na Arte de Educar a Mocidade em que se dão as Regras da Policia, Urbanidade Christã, conforme os usos e costumes de Portugal**, Lisboa na Typ. Rollandiana, 1782, pp. 248-249.

(38) **Motim Literario**, t. III, Lisboa, na Impressão Régia, nº XXVII, p. 162.

(39) **Soliloquio VII**, in "Motim Literario", t. I, *op. cit.*, p. 141. Sobre as posições de José Agostinho de Macedo face a Voltaire e à sua obra consulte-se **BRITO**,

Ferreira de — **Voltaire na Cultura Portuguesa. Os Tempos e os Modos**, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1991.

(40) **Soliloquio IX**, *op. cit.*, p. 185.

(41) *Idem*, p. 186.

(42) *Idem*, pp. 192 e 186, respectivamente.

(43) *Idem*, p. 193.

(44) *Idem*, pp. 187-188.

(45) *Idem*, pp. 187 e 206, respectivamente.

(46) Cf. *idem*, p. 205: "parvoçadas filosóficas".

(47) *Idem*, p. 193.

(48) *Idem*, p. 201.

(49) *Idem*, p. 202.

(50) *Idem*, pp. 198-199.

(51) **Motim Literario**, t. III, *op. cit.*, p. 152.

Raymond Trousson em **L'homme et l'oeuvre**, in "Rousseau et sa Fortune Littéraire", Paris, A. G. Nizet, 1977, pp. 9-21, regista o modo como a fama de um Rousseau paradoxal se institui e passa a circular na sociedade de então, facto que aliás o século XVIII deixa em herança aos séculos posteriores. Refere ainda Raymond Trousson que, na opinião de boa parte dos seus contemporâneos, o culto do paradoxo em Rousseau se deve à busca da celebridade.

(52) MACEDO, José Agostinho de — **Cartas a Attico**, Lisboa, na Imprensa Régia, 1815, p. 234. Ainda nesta obra, o autor alerta para o facto de só aparentemente J.-J. Rousseau ser um "Paladino armado contra os abusos", pois na sua opinião, o que na verdade faz é exagerá-los.

(53) **O Desengano. Periodico Politico e Moral**, Lisboa, na Imprensa Régia, nº 6, 1830, p. 3. Para além de referir que Rousseau "deo á luz o Evangelho dos facciosos, quero dizer, o seu — Contrato Social —", afirma também que "de paradoxo em paradoxo, apressou a revolução". No mesmo periódico, no nº 16, p. 6, insiste novamente neste aspecto, pois Rousseau "tanto affirmava o pró, como o contra."

(54) **Motim Literario**, *op. cit.*, p. 204.

(55) *Idem*, p. 187.

(56) **Soliloquio XIV**, in "Motim Literario", *op. cit.*, pp. 294-295.

Já em 1785, o periódico **Miscellanea Curiosa e proveitosa ou compilação, tirada das melhores Obras das Nações Estrangeiras**, t. VII, Lisboa, na Typ. Rollandiana, traduzia a Correspondência de Sir Wolban a Sir Bedford na qual o primeiro transcrevia boa parte da carta de Lilio Giraldi a Pico del la Mirandola, para que o seu correspondente pudesse julgar do "plagiarismo do Orador de Genebra" (p. 149), na resposta à questão *Si le rétablissement des arts et des sciences a contribué à épurer les moeurs*. As provas que Sir Wolban pretende dar da existência do plágio passam de modo indirecto pela recusa de Rousseau, pois diz deverem ser queimados os escritos de Giraldi.

(57) **Soliloquio LVI**, in "Motim Literario", *op. cit.*, p. 152.

(58) BRAGA, Teófilo — **Breve estudo sobre a historia da censura litteraria em Portugal**, in "Obras Ineditas de José Agostinho de Macedo", Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1901, p. XVIII.

(59) *Idem*, p. 9.

(60) *Idem*, ibidem.

(61) *Idem*, p. 10.

(62) A tradução da obra de Rousseau será objecto de reflexão e análise a empreender em estudo posterior.

(63) **Voltaire e Rousseau**, in "A Caridade. Publicação Instructiva, Moralisadora e Piedosa sobre Religião, Sciencia e Litteratura", Porto, 15 e 31 de Agosto, 1887, pp. 87-88 e 103-104.

(64) *Idem*, p. 87.

(65) *Idem*, pp. 87 e 104, respectivamente.

(66) *Idem*, p. 103.

(67) *Idem*, p. 104: "Segundo todas as probabilidades, Rousseau suicidou-se com um tiro de pistola, depois de ter tomado veneno em 1778".

(68) **O Segredo da Originalidade de Rousseau**, in "O Panorama. Jornal Litterario Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis", vol. I, Lisboa, nº 49, 3 de Dez., 1842, p. 392.

(69) *Idem*, ibidem.

(70) *Idem*, ibidem.

(71) *Idem*, ibidem.

(72) *Idem*, ibidem.

(73) **Rousseau e a Revolução Franceza**, in "Archivo Pittoresco. Semanario Illustrado", t. I, nº 31-32, Jan.-Fev., 1858, pp. 244-247 e 249-252. Ver também **Bernardin de Saint-Pierre**, *op. cit.*, nº 17, Out., 1858, pp. 130-133.

(74) HERCULANO, Alexandre — **Do Christianismo**, in "O Panorama", nºs 115, 122 e 134, 1839.

(75) *Idem*, nº 115, p. 221.

(76) *Idem*, p. 220.

(77) *Idem*, ibidem.

(78) *Idem*, p. 221.

(79) *Idem*, ibidem.

(80) *Idem*, ibidem.

(81) **Rousseau e a Revolução Franceza**, in *op. cit.*, p. 246.

(82) A inversão construtiva que ocorre nesta passagem do texto — "XVIII seculo" em vez de "seculo XVIII" — faz-nos pensar que provavelmente se trata de um texto traduzido do francês. Mesmo sendo verdadeira esta hipótese, o facto é que se acolhe na imprensa periódica portuguesa um artigo que se enquadra numa linha de pensamento concordante com opiniões que circulam no século XIX português, como a de Alexandre Herculano.

(83) **Rousseau e a Revolução Franceza**, in *op. cit.*, p. 247.

(84) *Idem*, p. 246.

(85) *Idem*, p. 247.

(86) *Idem*, ibidem. "A primeira epocha da revolução franceza foi toda destruição: pertenceu a Voltaire. A segunda epocha foi de reconstrução social: pertenceu a Rousseau". Mas se neste texto encontramos um *parti pris* bem claro favorável a Rousseau, a imputação da responsabilidade da Revolução Francesa a Voltaire e Rousseau, opinião bastante vulgarizada, passa por uma atribuição mais equitativa e menos parcial das responsabilidades. É o que testemunha José Maria de Andrade Ferreira em introdução ao **Curso de Litteratura Portuguesa**, Lisboa, Editora de Mattos Moreira, 1875, p. 6, quando exemplifica a íntima relação da história

literária com a história política e social: "Voltaire e Rousseau personificam a revolução de 1790. Estes dois homens resumiram em si a influencia moral, politica e religiosa do seu tempo: Voltaire actuou sobre os talentos, e Rousseau sobre as opiniões".

(87) **Rousseau e a Revolução Franceza**, in *op. cit.*, nº 32, Fev., p. 250.

(88) SOUTO-MAYOR, D. Miguel — **Bernardin de Saint-Pierre**, in *op. cit.*

(89) *Idem*, p. 131.

(90) BASTOS, Teixeira — **Diderot e a Philosophia do seculo XVIII**, in "Revista de Estudos Livres", vol. II, Lisboa, Nova Livraria Internacional, Editora, 1885, p. 264.

(91) *Idem*, ibidem. A insistência na susceptibilidade excessiva do organismo de Rousseau surge novamente na p. 266.

(92) **Rousseau**, in "Diario Illustrado", Lisboa, nº 4450, 18 de Set., 1885.

(93) *Idem*, ibidem.

(94) BENREKASSA, G. et alii — **Le premier centenaire de la mort de Rousseau et de Voltaire: significations d'une commémoration**, in "Revue d'Histoire Littéraire de la France", Paris, nº 2-3, mars-juin, Armand Colin, 1979, pp. 270 e 291-292, respectivamente.

(95) *Idem*, p. 284.

(96) Cf *idem*, nota 50, pp. 286-287.

(97) **O Primeiro de Janeiro**, Porto, nºs 152 e 153, 6 e 7 de Julho, 1878.

(98) **A Actualidade**, Porto, nº 152, 7 de Julho, 1878.

(99) *Idem*, nº 165, 23 de Julho, 1878.

(100) **Rousseau (João Jacques)**, in "Diccionario Popular, Historico, Geographico, Mythologico, Biographico, Artistico, Bibliographico, Litterario", dir. Manuel Pinheiro Chagas, vol. IX, Lisboa, Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1881, p. 432.

(101) *Idem*, p. 433.

(102) *Idem*, p. 432.

(103) *Idem*, p. 433.

(104) **Confissões**, in "Diccionario Popular...", vol. IV, Lisboa, Typ. do Diario Illustrado, 1878, p. 344.

(105) **Contracto Social**, in *idem*, p. 356.

(106) **Emilio**, in "Diccionario Popular...", vol. V, Typ. do Diario Illustrado, 1879, p. 188.

(107) **J. J. Rousseau**, in "Os Grandes Educadores", Porto, Livraria Editora Figueirinhas Junior, col. Biblioteca Pedagógica, 1931, p. 9.

(108) *Idem*, p. 18.

(109) *Idem*, p. 5.

(110) *Idem*, pp. 51 e 59, respectivamente.

(111) CAMPOS, Agostinho de — **O "Emílio" de Rousseau**, in "Casa de Pais, Escola de Filhos (Ensaios sôbre Educação Infantil)", Lisboa — Rio de Janeiro, Livraria Ferin-Francisco Alves, 1916, p. 290.

(112) *Idem*, ibidem.

(113) *Idem*, p. 296.

(114) SÉRGIO, António — **Ensaios**, t. I, Rio de Janeiro-Porto, Anuario do Brasil - Renascença Portuguesa, 1920, p. 119.

(115) ROUSSEAU, J.-J. — **Emílio**, trad. António Sérgio, Lisboa, Editorial Inquérito, 1940.

- (116) **História da Pedagogia**, Porto, Editora-Livraria Educação Nacional, col. Biblioteca Pedagógica, 1931, p. 122.
- (117) *Idem*, pp. 122-123.
- (118) *Idem*, pp. 123 e 127, respectivamente.
- (119) *Idem*, p. 128.
- (120) AZEVEDO, Ávila de — **A Influência das Ideias Pedagógicas de Rousseau em Portugal**, Porto, 1968, p. 8.
- (121) *Idem*, p. 16.
- (122) MACHADO, Fernando Augusto — **Almeida Garrett e a Introdução do Pensamento Educacional de Rousseau em Portugal**, Porto, Edições Asa, col. Perspectivas Actuais/Educação, 1993, p. 121.
- (123) Fernando Augusto Machado, nesta mesma obra e quando trata da difusão de Rousseau em Portugal no período que antecede a revolução liberal, refere documentos que se constituem como exemplo da recepção crítica da obra de Rousseau. Ver sobre esta questão pp. 104-110. Na bibliografia sobre Garrett, o autor refere um estudo de F. J. Cardoso Júnior de 1960, intitulado "Garrett e Rousseau", que versa sobre os pontos de contacto entre estes dois grandes homens de letras.
- (124) ALMEIDA, Ferrand de — **O Orofíllismo de J. J. Rousseau. Contributo para o estudo do sentimento da Natureza no século XVIII**, Coimbra Editora, Lda., 1928, p. 5.
- (125) *Idem*, p. 27.
- (126) XAVIER, Alberto — **Os Aspectos do Sentimento da Natureza em Rousseau**, Porto, Prometeu, s. d., p. 6.
- (127) Embora este estudo não se encontre datado, o facto do autor referir outra obra sua de 1947 leva necessariamente a pensar que **Os Aspectos do Sentimento da Natureza em Rousseau** é posterior.
- (128) FIGUEIREDO, Cândido — **Rousseau (Um filósofo amado)**, in "Figuras Literárias", Lisboa, Liv. Editora Viúva Tavares Cardoso, 1906, p. 157.
- (129) *Idem*, ibidem.
- (130) *Idem*, ibidem.
- (131) Veja-se a título de exemplo LIMA, Cristiano — **Jean Jacques Rousseau**, in "A Vida Amorosa dos Homens Célebres", Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., s. d., p. 78.
- (133) *Idem*, p. 82.
- (134) *Idem*, p. 98. Insiste-se ainda nesta página no culto a Rousseau da parte das mulheres, tal como já se tinha referido a propósito da revolução de 1789 que o povo fez dele um santo (p. 97).
- (135) CARVALHO, M<sup>ª</sup> Amália Vaz de — **O Bicentenário de Jean Jacques Rousseau**, in "Coisas d'Agora", Lisboa, Parceria A. M. Pereira Livraria Editora, 1913, p. 217.
- (136) *Idem*, p. 191.
- (137) *Idem*, p. 209.
- (138) *Idem*, p. 199.
- (139) *Idem*, p. 205.
- (140) *Idem*, p. 206.
- (141) RODRIGUES, Urbano Tavares — **Jean-Jacques e a sua obra a 250**

anos de distância, in "Jornal de Letras e Artes", Lisboa, nº 39, 27 de Junho, 1962, p. 1.

(142) *Idem*, p. 4.

(143) As opiniões veiculadas por Mariotte e as personalidades convocadas como autoridades são de facto aquelas que Raymond Trousson, na obra por nós já citada, pp. 114-126, refere como as vozes que por alturas do bicentenário do nascimento de Rousseau se elevam contra ele em França.

(144) MARIOTTE — **Os Meus Cadernos**, Lisboa, Editores Almeida & Miranda, nº 1, 15 de Agosto, 1913, pp. 7-8.

(145) *Idem*, in *op. cit.*, nº 7, p. 101.

(146) É no entanto curioso verificar que apesar de darem voz, cada um no seu século, aos dois grandes ataques a Rousseau, Amadeu de Vasconcelos não reconhece em Agostinho de Macedo um aliado, mas muito pelo contrário integra-o nas hostes rousseauísticas: "É o romantismo que anarchisa e corrompe todo o século XIX, espalhando ainda sobre a atmosfera portuguesa um repulsivo cheiro cadaverico, desde a política arlequinescamente oratória dum António Zé até á nefandíssima apologetica anti-catholica do grande e plyphromico burro Zé Agostinho", in *op. cit.*, pp. 5-6.

(147) MARIOTTE — **Os Meus Cadernos**, *op. cit.*, p. 10-11.

(148) *Idem*, nº 3, 15 Set., 1913, p. 40.

(149) *Idem*, p. 43.

(150) *Idem*, ibidem.

(151) *Idem*, ibidem.

(152) *Idem*, ibidem.

(153) *Idem*, in *op. cit.*, nº 12, Jan. 1914.

(154) *Idem*.

(155) *Idem*.

(156) *Idem*.

(157) LUSOL (Mariotte) — **Advertência dos Editores**, in "O sr. Júlio Dantas, Rousseau e 'Os Meus Cadernos'", Porto, Editorial Patrícia Limitada, 1945, p. 6.

(158) DANTAS, Júlio — **Rousseau e as mulheres**, in "O Comércio do Porto", Porto, 4 Fev., 1945, p. 1.

(159) *Idem*, ibidem.

(160) *Idem*, ibidem.

(161) LUSOL (Mariotte) — **Advertência dos Editores**, in *op. cit.*, p. 5.

(162) *Idem*, pp. 7-8.

(163) *Idem*, p. 8.

(164) *Idem*, pp. 9-10.

(165) MARIOTTE — **Os grandes envenenadores**, in *op. cit.*, nº 13, 6 Fev., 1914, pp. 7-11. Neste texto Mariotte debruça-se, longamente, sobre Chateaubriand e a sua influência em Portugal, autor que considera ser o maior discípulo de Rousseau.

(166) *Idem*, p. 5.

(167) *Idem*, p. 15.

(168) *Idem*, pp. 15-16.

(169) ALMEIDA, Vieira de — **Paradoxos Sociológicos**, Coimbra, Arménio Amado — Editor, 1947, p. 5



(170) *Idem*, p. 24. Ocorrências similares encontramos-las a páginas 20 e 25 da mesma obra.

(171) *Idem*, pp. 41-42.

(172) Cf. *idem*, p. 58.

(173) *Idem*, p. 56.

(174) *Idem*, pp. 63-64.

(175) Ainda no ano de 1988 surge uma dissertação de doutoramento que consagra algum espaço de estudo a Rousseau. O trabalho de investigação de Helena Carvalho Buescu, **Incidências do Olhar: Percepção e Representação. Natureza e Registo Descritivo na Evolução do Romance Romântico (Portugal, França, Inglaterra)**, que metodologicamente se inscreve numa área de literatura comparada e cronologicamente na primeira metade do século XIX, debruça-se sobre textos de Rousseau na medida em que funcionam como obras de referência, "essenciais para uma compreensão minimamente globalizante do estudo proposto" (p. 55).

(176) PINA, Ana Maria Ferreira — **De Rousseau ao Imaginário da Revolução de 1820**, Lisboa, INIC/Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, col. Cultura Moderna e Contemporânea, 1988, p. 13.

(177) *Idem*, p. 14.

(178) *Idem*, p. 62.

(179) *Idem*, p. 64.

(180) *Idem*, p. 15.

(181) ALMEIDA, M<sup>a</sup> Teresa Alves de Sousa — **Para uma Estilística da Carta. La Nouvelle Héloïse**, Lisboa, tese de dout. policopiada, 1988, p. 365 e ss.

(182) *Idem*, p. 562.

(183) *Idem*, ibidem.

(184) *Idem*, p. 566.

(185) Tendo perfeita consciência do carácter incompleto das referências bibliográficas e sem menosprezo das que serão omitidas, permitimo-nos no entanto indicar alguns desses estudos: BARATA, M<sup>a</sup> Manuela Cruzeiro — **Alienação e Verdade. Discurso sobre o Discurso Político de Rousseau**, Sep. da Revista da Faculdade de Letras, Porto, 1989; FARIA, Duarte — **Rousseau entre la blessure et la rêverie**, in "Ariane. Revue d'Étude Littéraires Françaises", Lisboa, n<sup>o</sup> 1, 1982; FERNANDES, Teresa Sousa — **Individualismo e Utopia** in "Assembleia Social e Inversão", coord. José Carlos Gomes da Silva, Lisboa, 1993, pp. 231-273; FERREIRA, Ana Leonor — **Do jogo do natural ao jugo social. Discurso sobre a origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os homens de J.-J. Rousseau**, in "Revista da História das Ideias", vol. IX, 1987, pp. 375-396; MONCADA, Luís Cabral de — **Liberalismo, Democracia e Totalitarismo**, in "Boletim do Minist. da Justiça", Vols. 1-3., 1947; MOURA, Zeza — **Rousseau ou o presente elidido**, in "Rev. Fil. Epistem.", vol. II, 1979, pp. 213-233.

(186) Cf. MALPIQUE, Cruz — **Rousseau — poço de contradições**, Sep. dos n<sup>os</sup> 140-141 da "Revista Labor", Aveiro, A Lusitania, s. d.. Em nota de pé de página, o autor indica implicitamente o ano da escrita do texto: "este ano de 1954" (p. 8).

(187) *Idem*, p. 8.

(188) Cf. FONSECA, A. Monteiro da — **Jean-Jacques Rousseau, o Homem, o Político, o Educador e o Romântico**, Guarda, 1978, pp. 59-64. Monteiro da

Fonseca em jeito de conclusão afirma: "Foi levar o romantismo ao seio da política, adentro da literatura e até mesmo ao fundo das crenças religiosas. Desta forma se outro valor lhe não reconhecemos, pela excentricidade das suas doutrinas, façamos-lhe ao menos a justiça de o julgarmos um verdadeiro cultor da palavra escrita.

Foi ele indubitavelmente o pai do *Romantismo*, assim como foi o mestre da *Indisciplina* e o patrono da *Revolução*" (p. 64).

(189) *Idem*, p. 10.

(190) *Idem*, p. 19.

(191) *Idem*, pp. 65-66.

(192) *Idem*, pp. 29 e 17, respectivamente.